

Recursos hídricos

Em 50 anos a demanda por água na Terra será superior à quantidade existente



■ Construção da paz

Uma abordagem crítico-analítica sobre a questão da violência

■ Abuso sexual

Prevenção à reincidência de maus-tratos em crianças e adolescentes

■ Reforma universitária

O necessário foco no interesse público

Textual

MAIO 2004 | VOL. 1 | Nº 1

ISSN 1677-9126

A saúde da voz do professor e os cuidados necessários

artigo

Uma análise sobre a questão do assédio moral denominado como o "império do mal" nas relações de trabalho dos professores e seus reflexos na vida pessoal e profissional

Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

v.1, n.1 (nov./2002). - Porto Alegre: SINPRO/RS, Fundação Ecarta, 2002.

v.: 22x26 cm

Semestral

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I. Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. II. Fundação Cultural e Assistencial Ecarta.

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais



Fundação Cultural e Assistencial Ecarta

Diretoria Executiva

Presidente - Marcos Júlio Fuhr,
Vice-presidente - Renata Cerutti
Diretora Geral - Valéria Ochôa

Presidência do

Conselho Curador:

Presidente - Sani Cardon
Vice-presidente - Clarice Bau Porto

Conselho Curador

Sônia Zanchetta
Nei Lisboa
Walter Galvani
Solon Viola
Ricardo Franzoi
João Ignácio Lucas

Darci Zanfelig
Celso Woyciechowski
José Fortunati
Amarildo Pedro Cenci
Sani Belfer Cardon
Clarice Bau Porto



Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria Colegiada

Estadual - Cássio Filipe Galvão Bessa, Marcos Júlio Fuhr, Ângelo Adalvino Dal Cin, Sani Belfer Cardon, Amarildo Pedro Cenci, Celso Floriano Stefanoski, Cecília Maria Farias Bujes, Soraya da Silveira Franke, Eloi João Kirsten, João Luiz Stein Steinbach, Luiz Afonso Montini, Osvaldo Biz, Líria Romero Dutra, Anaí Rosana Garcia, Angelo Estevão Prando, Valter Nei da Silva, Norberto Schwarz Vieira, Dolurdes Voos. **Conselho fiscal** - Manoel dos Passos, Luiz Emílio Colvara Bernardi, Angela Maria Lehnen. **Conselho fiscal (suplentes)** José Édil de Lima Alves, Maria Lucia Lopes Pinto de Assis, Ana Maria Martins. **Regional Passo Fundo** - Renata Oliveira Cerutti, Ivânia Campigotto Aquino, Rozélia Vasques Ortiz, Sadi André Foltz, Henrique Aniceto Kujawa. **Regional Bagé** - Eduardo Brum Medici, Margarete Coelho Lo Iacono Provenzano, Fernando Sérgio Castilhos Karam, Eloy Cardozo de

Oliveira. **Regional Pelotas** - Luiz Otávio Pinhatti, Ana Amélia da Costa Fagundes, Irapuan Porto dos Santos, José Ricardo Stein Brechane. **Regional Santa Cruz do Sul** - Valter Herculano Machado Lisboa, Flávio Miguel Henn, Carlos Daniel Schumacher da Rosa. **Regional Uruguaiana** - Rita Terezinha Rodrigues Garcia, Gicela Maria Machado Oliveira Brasil, João Batista de Barros Minuzzi, Denise Gomes Quevedo, Maria de Lourdes Brondani Dávila. **Regional São Leopoldo** - César Schmidt, Darnis Corbellini, Enécio da Silva, Élvio Duarte de Souza, Luciane Linck Mayer. **Regional Santo Ângelo** - Odir Francisco Dill Ruckhaber, Neloá Faria, Carmem Regina Dorneles Nogueira, Letícia Schüler de Paula. **Regional Santa Rosa** - Naíma Marmitt Wadi, Rosane Fritz de Almeida, Ângela Maria Fiorentini, Rosalvo Luis Sawitzki. **Regional Lajeado** - José Pedro Kuhn, Claudio Darci Gressler, Domingos Antônio Buffon, Rosângela Gabriel, Helena Reckziegel

Rodrigues. **Regional Santa Maria** - Edina da Luz Fontoura, Eduardo Rolim Sant'Anna, Maria Regina Fontoura Vaz. **Regional Santana do Livramento** - Carlos Almir Ademires Trindade, Denise Oliveira da Costa, Antonia Cecy Gonçalves Lopez, Odinei Bueno Gonçalves, José Newton Ribeiro Canabarro. **Regional Rio Grande** - Ivo Lamar de Souza Mota, Nara Regina Centeno Pardo, Denise Cruz Freitas, Ceni da Rosa de Lima, Álvaro Luiz Ávila da Silveira. **Regional Erechim** - Isabel Rosa Gritti, Raquel Krignl, Marizete Peretti, Iside Nelcy Perdomini Geraldo. **Regional Bento Gonçalves** - Maria do Carmo Postal Rizzardo, Adilene Alvares Mattia, Teresinha Amélia Bressan Filippin, Elinara Maria Farina Mendo, Clarice Baú Porto. **Regional Frederico Westphalen** - Wilson Olkoski, Cleonice Lucia Rizzatti, Antonio Luiz Pinheiro

EXPEDIENTE

A **Revista Textual** é uma publicação da **Fundação Cultural Assistencial Ecarta e Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul / SINPRO/RS**, filiado à CUT e à CONTEE

Avenida João Pessoa, 919
Porto Alegre | RS
CEP 90040-000

Fones: (51) 3211-1900
Fax: (51) 3211-2628

www.sinprors.org.br/textual
textual@sinprors.org.br

Impressão: Gráfica Pallotti
Tiragem: 5.000 exemplares

Coordenação Geral

Valéria Ochôa

Edição Executiva

Valéria Ochôa
valeria.ochoa@sinprors.org.br

César Fraga
cesar.fraga@sinprors.org.br

Keli Lynn Boop
keli.boop@sinprors.org.br

Conselho editorial/curador

Amarildo Pedro Cenci,
César Fraga, Christa Berger,
Daniel Herz, Isaura Belloni,
Jorge Campos da Costa, José Luís Fiori,
José Vicente Tavares dos Santos,
Luiz Inácio, Germany Gaiger,
Marcos Júlio Fuhr,
Valéria Ochôa

Revisão

Lígia Thalmeschlager

Fotografia

René Cabrales

Ilustrações

Jaca

Eduardo Oliveira

Projeto Gráfico e Edição Gráfica

Rogério Nolasco Souza

Editoração

MídiaGraphic

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores

Aos leitores

Chegamos à quarta edição de Textual tendo plena convicção de que a iniciativa de materializar esta revista há dois anos, mostrou-se correta e frutificou em temas e debates. Nossas páginas têm servido de suporte para assuntos que estão na ordem do dia, muitas vezes até mesmo antecipando-se.

A partir deste número, a Textual passa a ser co-editada pela Fundação Ecarta, devendo ser transferida integralmente para a responsabilidade desta nova instituição já nas próximas edições. Essa mudança é expressão do desejo dos professores aprovada em assembléia no 7º Congresso Estadual de Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul - Cepep, no ano de 2003.

SUMÁRIO

ensaios

19 MANANCIAL DE ÁGUA origem, quantidade e qualidade
MARCO ANTONIO F. HANSEN

31 PAZ E VIOLÊNCIA suas causas e intencionalidades
RICARDO B. BALESTRERI

professor e o mundo da escola

14 SAÚDE VOCAL cuidados necessários
DÉBORA MEURER BRUM

26 ABUSO DE CRIANÇAS prevenção à reincidência
DENISE CASANOVA VILLELA

dinâmica do meio educacional

6 ASSÉDIO MORAL uma reflexão crítico-construtiva
MARLENE SCHIRMER

38 REFORMA UNIVERSITÁRIA qualidade educacional e interesse público
MARCOS MOURA B. DOS SANTOS

testemunho atual

Paulo Roberto de Souza Ramos | Professor na Unilassale Porto Alegre

Não muito tempo atrás, enquanto participava de um colóquio sobre estudos americanos, mencionei que posto que o evento que estava participando não incluía publicação em anais, talvez submeteria os meus achados e pensamentos sob forma de artigo para a *Revista Textual*, publicação do sindicato dos professores do RS. Quando expliquei que, além de um jornal periódico, os professores sindicalizados ainda dispunham de uma revista para publicação de ensaios e outros textos sobre a teoria e prática de ensino, a surpresa foi generalizada. Foi então que me dei conta da nossa situação privilegiada: não bastasse um grupo de pessoas ativamente envolvidas na defesa e garantia dos direitos dos professores particulares, nós aqui no RS temos um espaço de divulgação e compartilhamento de idéias. Para aqueles entre nós que se empenham na dupla e árdua tarefa de ensinar e pesquisar, as possibilidades são quase infinitas. Sempre li o nome da revista como um híbrido de testemunho e atual; e quer saber? É isso mesmo: quer se busque atualização, ou inspiração, a *Textual* está para isso. E que continue. Nós merecemos.

Alô pessoal do Sinpro.

Estão de parabéns pela iniciativa da Revista Textual, preenche uma importante lacuna de informação orientada para docentes. Neste último número destaco o artigo referente aos processos de desgaste da saúde dos professores como decorrência, em especial, da intensificação do trabalho a que têm se submetido o profissional de ensino. Exigências crescentes que, apesar de necessárias, apresentam reflexos ainda pouco conhecidos, impondo-se o alerta. Novamente, parabéns.

Sandro Trescastro Bergue
Professor da UCS
Porto Alegre

Gostaria de parabenizar o Sinpro/RS pela iniciativa de fazer esta revista, que já presta serviços na qualificação do debate no meio educacional há alguns anos. Espaço não só bem vindo como necessário à produção acadêmica. Gostaria de deixar a sugestão de que sejam pautados nos próximos números ensaios científicos na área de História, disciplina ainda não contemplada em nenhuma

das edições anteriores. Creio ser este um campo do conhecimento de interesse generalizado entre leitores e não tenho dúvida da existência de pesquisadores dispostos a colaborar na redação de textos sobre o assunto.

Luiz Antônio Vieira Inda
Professor de História
Canoas/RS

Sou graduanda de Design na Feevale e este é um campo praticamente desconhecido do público em geral. Porém, o design está no dia-a-dia das pessoas em quase tudo, na xícara do café da manhã, nas roupas, nos automóveis, naquilo que é manufaturado para utilização do homem. Minha sugestão é que o tema seja abordado em artigo ou ensaio em edição próxima desta revista. Inclusive, deixo a provocação de que se estabeleça a relação de como o design possa contribuir para a Educação.

Eliane Machado Leite
Designer
Porto Alegre/RS

Mesmo sabendo do foco desta revista nas questões do Ensino Privado, gostaria de ler em Textual artigo que retratasse o quanto o sistema educacional público

é deficiente, principalmente o estadual, nas questões que dizem respeito ao direito de expressão dos professores. A forma de gerenciamento das escolas, em muitos casos é feita por pessoas autoritárias e de capacidade duvidosa. Com isso, os professores ficam expostos não só à coação moral dos superiores, mas também política. Os docentes são privados de expor seus pontos de vista por medo de represálias. Será que nosso sistema educacional está preparado para ter e estimular cabeças pensantes e questionadoras em seu quadro de professores, ou acaba por reproduzir modelos obsoletos que estimulam a acomodação e subserviência? É preciso denunciar o grau de desrespeito existente nessa relação vertical de poder, na qual as idéias e as críticas, além de não serem acolhidas, são objetos de vendetas administrativas.

Daniela Bueno
Professora de Literatura
Porto Alegre

Como esta não é uma exclusividade do setor público vemos sua sugestão já contemplada nesta edição em artigo da pag 40.

Os editores

Reflexão e interação

diretoria colegiada | Sinpro/RS

Não por acaso escolhemos o mês de maio para a apresentação do 4º número da *Revista Textual*. Trata-se do mês do 66º aniversário do SINPRO/RS, assinalado este ano pelo lançamento e apresentação pública da Fundação ECARTA.

Criada em outubro de 2003 por ocasião do 7º Congresso dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – CEPEP, a Fundação cumpriu nos últimos meses todas as formalidades para a sua existência legal e dá início as suas atividades.

A referência neste editorial à criação da Fundação ECARTA justifica-se pela intenção da diretoria aprovada na Assembléia Geral do SINPRO/RS de dezembro de 2003 de transferir gradativamente para a Fundação a publicação da *Revista Textual*.

Assim sendo, as duas edições do corrente ano são de co-responsabilidade das duas entidades, o que não deverá representar alterações na linha editorial da revista e sim consolidá-la com novos

colaboradores e certamente com um número crescente de leitores.

Com a transferência da revista para a Fundação cresce também a expectativa quanto ao aumento do número de edições anuais, que por enquanto são apenas duas – uma por semestre – bem como da tiragem, que nesta edição é de cinco mil exemplares.

Voltamos a reiterar o interesse da *Revista Textual* em receber colaborações de todos que se disponham a refletir e escrever sobre a interação do professor com o mundo da escola e sobre a dinâmica do meio educacional.

A revista é um espaço para debater os temas que contextualizam a condição de professor, buscando uma maior compreensão do ambiente profissional e do universo complexo em que o docente está inserido.

Estas são as duas editorias mais focadas em assuntos específicos, cabendo às páginas destinadas aos ensaios uma maior abrangência temática. Continue lendo e divulgando a *Textual*.

Boa leitura!

Vida de professor

A *Revista Textual* chega à sua quarta edição, trazendo em suas páginas questões urgentes a serem debatidas por professores e produtores de conhecimento. Neste número procuramos abordar temas que dizem respeito diretamente a todos nós educadores, jornalistas e cidadãos em geral. Abrimos os trabalhos com um tema tanto polêmico, quanto inesgotável, o “assédio moral”. A Doutora em Ciências da Educação, Marlene Schirmer, expõe seu ponto de vista sobre o assunto e elenca as situações em que ocorre o assédio, rebatizando o tema oportunamente como “O império do mal nas relações de trabalho dos professores”. Neste artigo a professora enumera as fases caracterizadoras do trabalho dos professores e aponta os reflexos e conseqüências da interrupção destas fases por questões relacionadas ao assédio moral.

Ainda sobre a dinâmica do meio educacional, o professor e sociólogo, Marco Moura dos Santos, da Unisc, faz um balanço sobre a proposta de reforma universitária do MEC. Moura nos lembra um questão fundamental que deve ser contemplada pela referida reforma, a de que todo o sistema de Educação Superior deve estar voltado para o interesse público. Para isso, coloca em discussão justamente o significado do conceito de “público” e a necessária compreensão da instituição pública não-estatal, como é o caso no Rio Grande do Sul das universidades comunitárias.

Sobre o professor e o mundo da escola, dois temas são o foco desta edição, um na área da saúde, escrito pela fonoaudióloga Débora Brum, diz respeito aos problemas de voz que acometem professores em índices elevados; e outro na área do Direito da Criança, em que a promotora de Justiça da Infância, Denise Villela, estabelece o papel da escola e do professor como peças-chave para a prevenção à reincidência de maus-tratos e violência sexual contra crianças e adolescentes.

Já os dois ensaios tratam de assuntos mundiais que nos afetam diretamente. O primeiro refere-se à finitude do manancial de água do planeta, que em menos de meio século será menor do que a demanda da população mundial projetada. Quem aborda detalhadamente o assunto é o geólogo e professor da Unisinos Marco Antônio F. Hansen. O segundo, faz uma reflexão sobre uma outra necessidade humana cada vez mais escassa, a paz. O educador e psicopedagogo Ricardo Balestreri aponta o consumismo e as injustiças sociais como principais causas da violência, apresentando propostas e caminhos para a construção da paz.

EDITORIAL

Império do mal nas relações de trabalho dos professores

Com este artigo, pretendemos oferecer reflexões crítico-constructivas a respeito, contribuindo para que as decisões do cotidiano profissional dos professores sejam protegidas do império do mal existente nas relações de trabalho.

Fases caracterizadoras do trabalho do professor

Muitos estudiosos vêm pesquisando as questões relativas ao professor e suas relações de trabalho com bons resultados. Dentre esses, destacamos Abrahão (2002) que, ao citar Huberman (1995), aponta sete fases caracterizadoras da trajetória do professor enquanto profissional que em seu ciclo de vida produtivo procura desenvolver-se, criando e recriando, dando significado às suas ações e ressignificando sua potencialidade profissional.

Como primeira fase do ciclo de vida profissional do professor, a autora menciona a entrada na carreira, destacando o “choque do real” (p.11), em que o professor se dá conta da distância existente entre o que foi por ele idealizado e a objetiva condição de trabalho, tanto nas relações com os alunos e colegas quanto no que diz respeito à cultura da própria instituição onde ele atua.

Na complexidade dessas relações de trabalho, estão presentes duas variáveis: a “sobrevivência” e a “descoberta” (p.11),

:: marlene schirmer | d^{ra} em ciências da educação

Na complexidade dessas relações de trabalho, estão presentes duas variáveis: a “sobrevivência” e a “descoberta”

ambas formando um movimento de dinamicidade que permite ao professor o estabelecimento de um equilíbrio entre sentimentos de insegurança e entusiasmo pela profissão.

A segunda fase é a da estabilização, que se caracteriza pela consolidação da carreira do professor, nela ocorrendo o comprometimento pessoal, a entrega aos objetivos da educação e a doação de parte de sua vida ao crescimento da instituição de trabalho. Existe, nesta fase, um sentimento de pertencer a um “corpus” profissional como também um sentimento de crescente competência pedagógico-científica.

A terceira fase é a da diversificação, quando o professor se julga capaz de experimentar e diversificar paradigmas de trabalho e de avaliação, permitindo-se avançar em busca de inovações pedagógicas e até mesmo de adotar posturas críticas sobre a instituição de trabalho e sobre o sistema educacional mais amplo.

A quarta fase, por sua vez, refere-se ao pôr-se em questão, em cujo período o professor faz uma avaliação acirrada de seu trabalho docente, como também

das condições estruturais para essa atuação.

A serenidade e o distanciamento afetivo compreendem a quinta fase, que favorece uma “reconciliação do eu ideal com o eu real” (p.12). Nesta fase, o professor vê-se como capaz de fazer previsões e, assim, passa a desenvolver estratégias de ação sem temer qualquer avaliação negativa de seu trabalho, em função de maior segurança no desempenho de suas atividades profissionais.

O distanciamento afetivo dá-se inclusive na relação com o aluno, ocorrendo paralelamente ao baixo investimento do professor na carreira e na sua atuação docente.

Como sexta fase, a autora diz que Huberman apresenta o conservantismo e as lamentações, quando o professor reporta-se com negatividade ao sistema de ensino em geral, evidenciando uma resistência às inovações e também um certo saudosismo de seu trabalho passado.

O desinvestimento é citado como sétima e última fase, em cujo período o professor modifica sua dinâmica de investimento em si próprio, quando também adota uma postura de maior neutralidade em relação às questões profissionais em geral.

Essas fases, segundo Abrahão, são dinâmicas, considerando principalmente o período histórico em que ocorre a docência do professor, a diversidade cultural, o ambiente de trabalho, entre outras variáveis que interferem no ciclo de vida profissional do professor, podendo, de acordo com Huberman, diz Abrahão (2002), ser cronologicamente assim representadas:

Fases	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
	Entrada na carreira	Estabilização	Diversificação	Pôr-se em questão afetiva	Serenidade e distanciamento	Conservantismo e lamentações	Desinvestimento
Tempo de de exercício da docência	1 a 3	4 a 6	7 a 25	15 a 25	25 a 35 anos		35 a 40

Assédio moral pode se manifestar por meio de palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa

Reflexos e consequências da interrupção dessas fases

Fazendo uma análise do conjunto dessas fases, percebemos que elas permitem a reflexividade do professor em relação aos seus sentimentos quanto às respostas que procura ter durante o desenvolvimento de seu ciclo de trabalho docente, de tal sorte que poderá se sentir aviltado quando tais fases são interrompidas por problemas de ordem adversa, como por exemplo perseguição, inveja, inação, desrespeito profissional, entre outros fatores que, sobremaneira, podem acarretar a fragilidade e a apatia no professor, cujo processo poderá levá-lo a doenças crônicas como estresse e depressão, com consequências graves inclusive à sua família e à sociedade.

Reagir a este processo destrutivo, também chamado de acossamento moral, de ceifamento profissional, exige uma estrutura social capaz de levar o professor a denunciar a situação de comprometimento de seu trabalho e de

seu futuro profissional.

Porque é inteligente o professor, ao mesmo tempo que enxerga esse comprometimento, entende que isto ocorre porque existem pessoas interessadas para que ele

uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho”.

Em geral, diz Hirigoyen: as pessoas são perseguidas por terem qualidades a mais e não a



se sinta assim, é o assédio moral agindo (Hirigoyen, 2002).

Segundo essa autora (p.65), assédio moral é “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de

menos. Os indivíduos apagados, sem expressão não amedrontam ninguém; são as competências que despertam a inveja e a insegurança, enfatiza a autora.

Pesquisas por ela desenvolvidas mostram que muitos que se queixam de perseguição no trabalho são pessoas saudáveis e a maioria das queixas de estresse

devem-se a chefias incompetentes, assédio moral e pressão. Contrariando o que os agressores tentam fazer crer, as vítimas, diz Hirigoyen (2002, p.68), de início, não são pessoas portadoras de qualquer patologia, ou particularmente frágeis. Pelo contrário, freqüentemente o assédio se inicia



quando uma vítima reage ao autoritarismo de um chefe, ou se recusa a deixar-se subjugar. “É a capacidade de resistir à autoridade, apesar das pressões, que a leva a tornar-se um alvo”, postula a autora.


Na Grã-Bretanha, uma pesquisa da maior central sindical do país, que congrega 6,9 milhões de

trabalhadores, concluiu que mais de 61% das queixas de estresse são oriundas desses fatores que envolvem principalmente a incompetência profissional das “famosas” chefias. No Brasil, a situação não é diferente: o comprometimento do futuro profissional das pessoas passa quase sempre por dirigentes perversos (Revista *Isto É*, 1999). O pior é que esses perversos são ardilosos no agir e, muitas vezes, conseguem enganar pessoas de boa-fé, prejudicando com seus atos inclusive a instituição de trabalho.

Segundo *Isto É*, o assédio moral transita em todas as direções, mas quando vem dos primeiros escalões de uma instituição seu poder é mais destrutivo. Esse processo, bastante comum nas universidades, faz com que profissionais do meio acadêmico também acumulem uma sucessão de sofrimentos nesse sentido.

Por exemplo: um professor da Unicamp “aprendeu o que é ser desmoralizado no trabalho. Por elaborar uma teoria que ia contra o que seus colegas de departamento pregavam, foi boicotado. Um opositor chamou os alunos desse professor, um por um, e os advertiu de que aceitar aquelas teorias

**Na Grã-Bretanha,
uma pesquisa da
maior central
sindical do país,
que congrega
6,9 milhões de
trabalhadores,
concluiu que mais
de 61% das queixas
de estresse são
oriundas desses
fatores que
envolvem
principalmente
a incompetência
profissional das
chefias**



“O elogio da eficiência a qualquer custo é mais um artifício das culturas abusivas. Alguns confundem motivação com pressão e envolvimento com tensão”

poderia prejudicá-los no futuro" (*Isto É*, 1999, p.3). Isso foi abalando a credibilidade do professor, prejudicando também os seus pedidos de bolsa, que foram recusados. Entretanto a boa aceitação de seus trabalhos no exterior ofereceu o respaldo de que necessitava, o que lhe ajudou a amenizar o problema, passando a trabalhar noutra departamento da universidade.

Esse exemplo caracteriza muito bem o que vem acontecendo em algumas universidades: professores que se destacam são prejudicados em seu trabalho por pessoas sem profissionalismo; estas são rápidas na ação de afastar os competentes, usando de subterfúgios malévolos e perversos e, até que se prove o contrário, já transcorreu muito tempo.

“O elogio da eficiência a qualquer custo é mais um artifício das culturas abusivas. Alguns confundem motivação com pressão e envolvimento com tensão” (*Revista Isto É*, 1999, p.3). É o império do mal agindo, onde o perverso é imune a qualquer tipo de bom sentimento.

Conforme *Isto É*, o perfil dos perversos é clássico: jogam uns contra os outros, estimulam

conflitos, sonegam informações, fazem remanejamentos de forma arbitrária, são autoritários, desconsideram a dedicação dos profissionais competentes, entre outras perversidades que frustram as pessoas, a ponto de quererem mudar de instituição de trabalho e até de profissão.

Estudos mostram que o autoritarismo nada mais é do que o medo de perder o cargo, por isso as chefias autoritárias sempre dão um jeito de isolar ou demitir os mais competentes, os que não se deixam subjugar, os que não fazem concessões e não se curvam diante de imposições, justamente porque têm conhecimento, experiência no que fazem e dignidade profissional.

Na verdade, na raiz dos problemas do homem há um sentimento compartilhado entre opressores e oprimidos: ambos sentem medo, temem perder seu espaço, agarrando-se ao papel de profissionais, talvez por falta de outro reconhecimento social.

O ideal seria que as relações de trabalho do professor fossem reguladas pelas competências, entretanto quando entra em jogo a questão da representação social, reconhecimento e poder, a riva-

Na verdade, na raiz dos problemas do homem há um sentimento compartilhado entre opressores e oprimidos: ambos sentem medo

lidade entra em pauta e, nesse processo, emerge a personalidade e o caráter de cada profissional, evidenciando como procedem para cumprir as fases de seu ciclo de vida produtivo. A avaliação desse procedimento cabe, portanto, à sociedade, mais precisamente à classe dos profissionais da educação.

Preservação da identidade profissional nas relações de trabalho

Quando o professor, nas relações de trabalho, se permite dizer não às perseguições, não ao desrespeito, não à desconsideração de um trabalho dedicado e competente, é geralmente afastado. Porém, quando enfrenta esses problemas de cabeça erguida mostra o verdadeiro valor de um profissional que preza sua dignidade e que não faz concessões, justamente porque tem consciência de que sua missão vai

muito além da obtenção de um salário no final de cada mês, ela envolve a formação e o desenvolvimento do potencial humano, envolve a educação.

Para exemplificar, podemos citar Fernão, personagem principal da obra de Bach (2003), que, por ser corajoso, criativo, determinado e querer sempre construir, foi proscrito do bando. Mais tarde, voltou e mostrou a todos que só o amor constrói, evidenciando, assim, que quem não comete infrações não precisa temer. Não pode, portanto, o professor que é correto depositar as armas diante de adversidades, mas lutar por aquilo que acredita ser direito e justo, dignificando a sua classe profissional.

Capra, em sua obra "A teia da vida" (1996), faz menção ao significado da existência, mostrando uma nova compreensão científica a respeito, numa clara evidência de que a vida no planeta deve ser

vista muito além do sistema econômico, onde o processo de pensar e perceber o mundo deve estar associado a como nele nos colocamos para oferecermos nossa contribuição com qualidade.

Nessa perspectiva, o professor precisa inovar e enxergar longe, como diz Bach (2003, p.50): “vê mais longe a gaiivota que voa mais alto”. Significa dizer que o verdadeiro professor, aquele que tem conhecimento e consciência de cidadão, tem também coragem para manifestar-se diante das atrocidades, não se intimidando com pressões e inações, porque tem opinião própria, é crítico e criativo, mesmo nos piores momentos de sua carreira. Ao contrário, os professores ditos “macagaios” apenas são imitadores e repetem, como autômatos, tudo a que assistem, lêem ou escutam. Com o objetivo de preservar o seu espaço, fingem que não vêem certas contravenções, prejudicando o processo de ensino e as instituições em que atuam, e, por vezes, até seus colegas de trabalho, subjulgando-os.

Nesse processo do cotidiano das relações de trabalho, o professor que cumpre a sua parte de educador não subjuga o colega



Sempre que houver instituições que desenvolvam nos professores "fantasias" pedagógicas, estas devem ser criteriosamente pensadas, porque podem prejudicar a capacidade intelectual, o desempenho verbal e o potencial humano

à sua verdade, às suas tendências administrativo-pedagógicas, mas participa da vida dele e com ele caminha, numa forte visão de que estamos neste mundo para nos ajudarmos (a covardia é um dos piores inimigos das classes sociais). Cumpre a sua parte quando enfrenta as adversidades das relações de trabalho como desafios de vida, de crescimento pessoal e profissional e, principalmente, segue construindo a sua missão de educador.

Os bons professores não são *early adopters*, ou seja, não aceitam sem análise crítica idéias e projetos que lhe são impostos, porque buscam constantemente informações de qualidade sobre sua área profissional, sua ação docente. E sempre que houver instituições que desenvolvam nos professores "fantasias" pedagógicas, estas devem ser criteriosamente pensadas, porque podem prejudicar a capacidade intelectual, o desempenho verbal e o potencial humano dos atores do processo de ensino.

Isso, de certa forma, pode descredenciar a essência profissional do professor que, muitas vezes, sofre a subjugação dessas fantasias, as quais vêm em detrimento do desenvolvimento da sociedade, visando apenas aos aspectos econômicos.

Nas relações de trabalho, segundo Schirmer (1996), o professor deve priorizar as tipologias de profissional crítico-lógico e reflexivo-artístico em detrimento a ser apenas hegemônico.

Assim poderá melhor valorizar a intelectualidade e o profissionalismo dos seus pares, construindo boas relações de trabalho.

Valores como amizade, respeito, responsabilidade, consideração, congruência, compromisso social, entre outros, são constructos de uma identidade profissional, os quais devem ser cultivados para que as relações de trabalho possam ter maior significado.

Conclusão

Podemos concluir, a partir da construção deste artigo, que as relações de trabalho, muitas vezes, provocam no professor um mal-estar docente que pode levá-lo ao esgotamento final (síndrome de burnout), cujo processo, segundo Mosquera e Stobäus (2003), tem como causa direta muitos fatores, dentre os quais destacamos condições de trabalho, acúmulo de exigências sobre o professor, imagem do professor e violência nas instituições. Esta última pode ser entendida pelas agressões latentes e manifestas ao professor: as latentes são simbólicas e as manifestas são diretas, são aquelas que atingem o físico, o psíquico e o social do professor.

Rosa Pinto (2001) aponta que as relações de trabalho deveriam ser aperfeiçoadas na direção do direito à personalidade. Para esta autora, a dignidade do homem não pode ser o resultado afeto à equivalência inexistente entre o trabalho e o dinheiro. O

contrato de trabalho envolve a vida do trabalhador e precisa ser respeitado, pois a dignidade de quem trabalha acontece com o pleno emprego, com observância à Constituição e aos princípios gerais do Direito do Trabalho, reforça Rosa Pinto.

Assim, quando houver problemas nas relações de trabalho, a questão deve ser dialógica, oferecendo possibilidade de reflexão sobre os fatos para as partes envolvidas. Ao contrário, quando a decisão é unilateral, sempre a parte mais "fraca" fica prejudicada. Como menciona Enricone (2002, p.50), numa referência a Freire (1980) e este a Jaspers (1980): "o diálogo nasce de uma crítica e gera criticidade", podendo oferecer melhores resultados em qualquer situação de conflito nas relações profissionais.

As relações de trabalho deveriam ser aperfeiçoadas na direção do direito à personalidade

Nesta perspectiva, o professor, enquanto docente e/ou administrador, deve assumir uma postura questionadora na forma de construir suas decisões, não só investigando e reconhecendo o outro, mas também respeitando a subjetividade de cada um. Respeito e ética são atributos importantes do profissionalismo para evitar o alastramento do império do mal nas relações de trabalho do professor.

Referências bibliográficas

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. O professor e o ciclo de vida profissional. In Enricone, Délcia (org.) Ser professor. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BACH, Richard. Fernão Capelo Gaivota; tradução de Ruy Jungmann. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ENRICONE, Délcia (org.). Ser professor. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- HIRIGOYEN, Marie France. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano, tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MOSQUERA, J.J. Mouriño e STOBÁUS, Claus. D. O mal-estar na docência. In Revista Textual v.1, n.1 (nov./2002). Porto Alegre: Sinpro/RS, 2002.
- REVISTA ISTO É. O império do mal. Nº 1554, de 14 de julho de 1999.
- ROSA PINTO, Bernadete Edith de. A flexibilidade das relações de trabalho: a precariedade do contrato a prazo determinado da Lei nº 9601 de 1998. São Paulo: LTr, 2001.
- SCHIRMER, Marlene. Professores reflexivos: democracia e controle em sala de aula (uma comparação de duas experiências). Salamanca, Kadmos, 1996 (Extrato de Tese de Doutorado).

¹ Especialista em Voz pelo Centro de Estudos da Voz (CEV - SP), Especialista em Audição (IPA-RS) e Mestranda em Distúrbios da Comunicação Humana (UFSM)

:: **débora meurer brum¹** | fonoaudióloga


A Voz do professor merece cuidados

A voz, em determinadas profissões, representa um dos principais instrumentos de trabalho e, neste caso, torna-se fundamental ter o conhecimento sobre a produção vocal bem como sobre os cuidados necessários para manter uma voz sempre saudável. Dentre estas profissões está a docência.

Sabe-se da grande incidência de alterações vocais em professores, que, muitas vezes, interferem na prática diária de transmitir os conteúdos através da voz. A causa de tais alterações, na maioria das vezes, está relacionada ao mau uso e/ou abuso vocal. Os professores têm uma grande demanda vocal e utilizam-se da voz durante toda a jornada de trabalho sem ter o conhecimento de como produzir uma voz sem esforço e de maneira efetiva. Comportamentos abusivos como falar durante muito tempo, falar em forte intensidade para superar o ruído da sala de aula, numa postura inadequada, com voz abafada, presa na garganta, utilizando um padrão respiratório inadequado, e hábitos inadequados como ingestão de pouco líquido, uso de pastilhas para a garganta, etc., são características frequentemente encontradas entre os professores e que levam ao

surgimento de disfonias funcionais. Logo, é necessário que eles sejam orientados e treinados para uma prática vocal adequada que os possibilite transmitir a mensagem sem que haja desconforto ou esforço vocal. As orientações dizem respeito aos hábitos de higiene vocal que promovem o conhecimento de condutas vocais preventivas de maneira a evitar o surgimento da disfonia.

O treinamento vocal tem por objetivo capacitar o professor a ter o domínio da produção da sua voz, de maneira que ele consiga utilizar uma voz saudável, clara e harmoniosa, melhorando com isto o desempenho vocal em sala de aula. Aspectos como projeção e impostação da voz no espaço, resistência vocal, coordenação entre respiração, voz e articulação (coordenação pneumofonoarticulatória) e utilização de tons de voz agradáveis são os pontos principais do treinamento vocal. Ter o conhecimento e o domínio da produção vocal e saber da importância de certos cuidados para preservar a voz evitando abusos, posturas e hábitos inadequados facilitará e evitará o surgimento de problemas vocais nesta categoria. A voz do professor tem sido um assunto muito estudado pela fonoau-



**Estudo realizado
para traçar perfil
vocal dos
professores em
escolas privadas**



de Porto Alegre
apresenta índice
de 46% de
docentes com
alterações vocais

diologia nas últimas décadas. Pesquisas científicas comprovam a grande incidência de alterações de voz em professores e fazem referência à dificuldade em se desenvolver programas de saúde vocal que conscientizem o professor da importância do uso adequado da voz para a prevenção dos distúrbios vocais (Dragone, 2001).

Scalco, Pimentel e Pilz (1996), realizaram uma pesquisa em oito escolas particulares da cidade de Porto Alegre, para traçar o perfil vocal de professores de 1ª a 4ª séries, e encontraram um índice de 46% de alterações vocais, sendo que todos os entrevistados, mesmo os que não possuíam alteração na qualidade da voz, apresentaram alguma queixa vocal. Garcia (2000), analisando a voz de 130 docentes de uma universidade do Rio de Janeiro, constatou que 74,62% dos sujeitos referiram sentir alguma alteração vocal.

A docência exige o uso intensivo da voz, e para que o professor corresponda a essa necessidade sem que haja prejuízos ao seu trabalho e à qualidade de vida, sua voz deve ser saudável e produzida corretamente. Para uma voz ser considerada "normal" ou saudável, tem que ser clara e limpa, emitida numa intensidade adequada ao ambiente, produzida sem esforço ou cansaço ao falante, devendo também representá-lo quanto à idade e sexo.

Na presença de alteração em um ou mais destes aspectos, considera-se que há uma disfonia, termo referente a qualquer alteração na emissão vocal que impeça ou prejudique a produção natural da voz. Para o professor, uma disfonia tem

impacto direto no seu desempenho profissional, bem como na sua qualidade de vida, uma vez que limita a utilização da voz, baixa a resistência vocal e interfere negativamente no bem-estar.

O professor que, mesmo sentindo sinais de cansaço vocal, continua lecionando e forçando a voz, sem tomar nenhum cuidado ou tratar o problema, acaba desgastando ainda mais a sua voz, chegando algumas vezes à afonia (perda da voz), o que pode levar à finalização precoce da carreira. Hermes e Nakao (2003), ressaltam o grande número de pedidos de licença médica de professores encaminhados às clínicas de otorrinolaringologia e fonoaudiologia, quando a voz já não corresponde mais à demanda exigida em sala de aula, além do crescente número de professores readaptados que exercem outras funções nas escolas, deixando de lecionar.

Segundo dados da Academia Brasileira de Laringologia e Voz, cerca de 2% dos professores brasileiros estão afastados da sala de aula por apresentarem distúrbio vocal.

Principais problemas de voz em professores

Os principais sintomas vocais que sinalizam um problema de voz em professores são: cansaço e esforço ao falar, falhas na voz ao final do dia ou da semana, rouquidão, pigarro, voz mais grave e perda nos tons agudos (ex: dificuldade em cantar), ardência ou secura na garganta, dor ao falar, sensação de garganta raspando, falta de volume e projeção, pouca resistência ao falar, entre outros.

É importante salientar que o desgaste na voz ocorre, na maioria das vezes, de maneira lenta e gradual

É importante salientar que o desgaste na voz ocorre, na maioria das vezes, de maneira lenta e gradual. Inicialmente podem surgir sinais e sintomas que indicam um esforço vocal excessivo, mas que não provocam mudanças perceptíveis na voz (rouquidão, falhas, etc.), tais como veias saltadas no pescoço, ardência ou secura na garganta, tensão no pescoço e ombros, entre outros. Muitos professores não relacionam tais sintomas ao uso da voz e continuam forçando e desgastando a voz, protelando a ida ao médico para a obtenção de um diagnóstico adequado o que repercute na manutenção e evolução de lesões, quando presentes (Vaz *et al.*, 2002).

Dentre as lesões benignas de pregas vocais, o nódulo vocal, conhecido popularmente como "calos nas cordas vocais", é a lesão mais frequentemente encontrada em professores que apresentam hábitos e conduta vocal inadequada (Quintairo, 2000). Além dos nódulos vocais, podem ser encontrados também pólipos, cistos, edema, etc. O tratamento destas lesões pode ser cirúrgico e/ou fonoterápico, e em alguns casos, medicamentoso.

Fatores que interferem na saúde vocal

São inúmeras as causas e fatores relacionados à disфонia do professor, tais como:

- uso incorreto ou abusivo da voz: falar com forte intensidade, falar muito durante quadros gripais, falar em ambientes ruidosos por muito tempo, falar com tensão ou esforço, num tom inadequado de voz, com má postura, entre outros;
- fatores físicos e ambientais: ar-condi-

cionado, pó de giz, poluição, ventilação inadequada, poeira, ruído, sala de aula muito grande e com acústica ruim, disposição das classes, número de alunos, escassez de recursos materiais, etc.;

- fatores psicoemocionais: relacionados ao estresse, má remuneração, falta de reconhecimento social, etc.;

- fatores intrínsecos: resistência vocal, idade, estado geral de saúde, alergias, gripes, problemas posturais, respiração bucal, etc.;

- hábitos vocais inadequados: beber pouca água, fumar, tossir ou pigarrear constantemente, uso excessivo de pastilhas e *sprays* anestésicos, etc.

Compreender a influência destes fatores sobre a voz do professor é imprescindível no desenvolvimento de estratégias que reduzam os altos índices de disфонia nessa categoria. O professor que sabe identificar os fatores prejudiciais ao seu desempenho vocal é capaz de modificar e transformar esta realidade, maximizando o potencial da sua voz.

A seguir, serão abordadas as principais orientações e hábitos necessários para a manutenção de uma voz saudável e a prevenção de alterações ou lesões relacionadas ao uso da voz, levando em consideração algumas situações peculiares do cotidiano do professor.

Higiene vocal: cuidados com a voz

Uma boa voz depende da saúde e harmonia de todo o corpo. Para manter a voz saudável, é importante o professor observar as seguintes orientações:

- beber no mínimo dois litros de água ao longo do dia, em temperatura ambiente, para hidratar as pregas vocais. A ingestão de água é fundamental para a voz, pois as pregas vocais

precisam estar lubrificadas para vibrarem adequadamente. O pó de giz, poeira e ar-condicionado são fatores que ressecam a garganta e dificultam a vibração das pregas vocais, tornando-se imprescindível a adequada hidratação;

- evitar o fumo, pois a fumaça do cigarro agride diretamente a mucosa das pregas vocais, causando ressecamento, irritação e inchaço, alterando a qualidade da voz. Além disso, o cigarro é um dos principais agentes etiológicos do câncer de laringe;

- evitar o consumo de bebidas alcoólicas em excesso. Além de irritar a mucosa, o álcool anestesia e altera as sensações ao falar. Desta forma, o falante pode estar abusando da voz sem perceber e os sintomas somente serão notados após o efeito da bebida: ardência, queimação, voz rouca e fraca;

- evitar o consumo de chocolates, leite integral e derivados durante o uso profissional da voz, pois são alimentos ricos em gordura e aumentam a viscosidade da mucosa no trato vocal;

- fazer refeições leves antes do trabalho, dando preferência às verduras, legumes e frutas, e evitar o consumo de alimentos gordurosos e condimentados que dificultam a digestão;

- mastigar bem os alimentos também é importante, pois a mastigação realizada com movimentos amplos de mandíbula é um ótimo exercício para a dicção;

- evitar o uso de balas "geladinhas" ou pastilhas à base de menta, pois elas anestesiavam a garganta e fazem com que o professor não perceba que está forçando a voz;

- durante quadros gripais e crises alérgicas, beber bastante líquidos e limitar o uso da voz, desenvolvendo estratégias didáticas que fa-

vorem um descanso vocal parcial, como por exemplo mesclar aulas expositivas com atividades em grupo, utilizar vídeos, cartazes, etc. Após o expediente, fazer repouso vocal, pois as alergias das vias aéreas (bronquite, asma, sinusite, rinite, laringite) muitas vezes ocasionam edema (inchaço) na mucosa do trato respiratório e vocal, deixando as pregas vocais mais sensíveis;

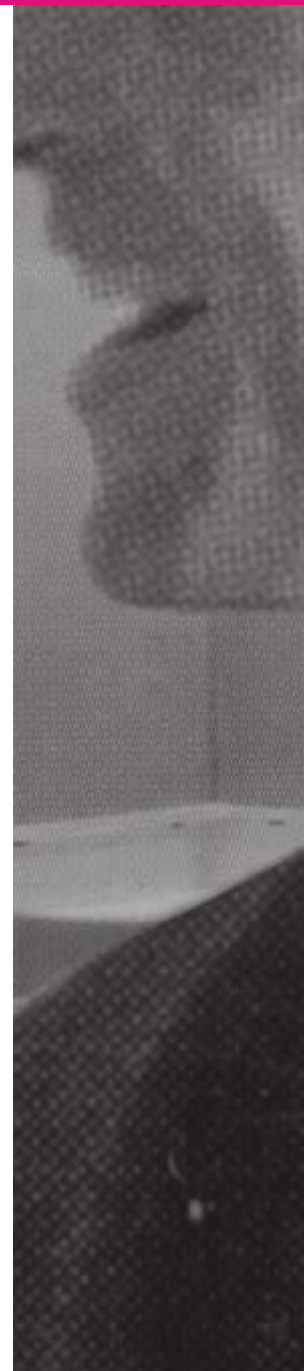
- utilizar o microfone, principalmente quando a sala de aula é grande, evitando falar com forte intensidade;

- evitar controlar a atenção da turma através do volume excessivo da voz. Uma alternativa é usar gestos ou batida de palmas;

- evitar falar enquanto escreve ou apaga o quadro e procurar falar sempre de frente para os alunos (nunca para a lousa), assim a voz será projetada para a classe e não haverá a inalação direta do pó de giz. Além disso, para os indivíduos alérgicos ao pó de giz e à poeira, outra orientação fundamental é respirar pelo nariz, principalmente enquanto apaga o quadro, pois o nariz filtra, aquece e umedece o ar inspirado, representando uma defesa do organismo à poluição;

- evitar pigarrear, tossir e "raspar" a garganta para limpá-la, pois estes hábitos causam um atrito muito forte entre as pregas vocais, podendo machucá-las. Beber água ajuda a combater o pigarro;

O professor que sabe identificar os fatores prejudiciais ao seu desempenho vocal é capaz de modificar e transformar esta realidade, maximizando o potencial da sua voz



– evitar conversar sussurrando e cochichando, isso exige um grande esforço muscular das pregas vocais para a produção natural da voz. O adequado é manter a voz numa intensidade moderada, isto é, nem tão forte, para não machucar as pregas vocais e também nem tão fraca, pois acaba prejudicando o entendimento do ouvinte. Na necessidade de "poupar" a voz em função de cansaço vocal, o ideal é fazer repouso vocal (não falar) ou falar em voz com fraca intensidade porém audível;

– utilizar medicamentos com moderação e sob prescrição médica, pois algumas substâncias presentes em certos medicamentos, como nos usados para tratamento de alergias e infecções, provocam ressecamento da garganta.

Através do conhecimento e da introdução destes hábitos na vida diária, o professor tem condições de manter a voz sempre saudável, evitando o desgaste e adquirindo maior resistência vocal.

Cabe ressaltar que muitos fatores prejudiciais à voz fogem ao manejo do professor, tornando-se necessária também uma adequação do ambiente por parte das escolas. Uma ação isolada, tanto por parte do profissional quanto por parte da escola, é insuficiente para que exista um decréscimo na incidência de problemas vocais em professores.

Considerações finais

A alta incidência de alterações vocais e laríngeas se deve a vários fatores, como o desconhecimento e a

falta de conscientização dos professores sobre a importância do uso correto da voz (Servilha, 1997, Hermes e Nakao, 2003), a ausência de ações preventivas dentro do ambiente escolar, entre outros, apontando para a necessidade de implementação de medidas pedagógicas profiláticas para prevenir e reduzir os altos índices de disfonia.

A assistência à saúde do professor deveria ter início desde o processo de formação e estar presente durante toda a vida profissional. A inserção de alguns conhecimentos básicos e essenciais sobre a produção da voz e a higiene vocal nos currículos de formação, bem como um trabalho de orientação e acompanhamento vocal, permitiria ao professor exercer sua profissão com competência sem riscos à saúde, contribuindo para melhorar a qualidade e longevidade vocal. A existência de interferências múltiplas

sobre a voz do professor conduz a uma problemática importante e de difícil abordagem, pois não se limita apenas às alterações vocais, vai muito mais além. Ela abrange a importância e a interferência da voz no processo educativo, o conhecimento do professor sobre a sua voz e as relações estabelecidas por ela, obstáculos presentes no seu uso profissional.

Considerando todos estes aspectos, fica claro que falar da voz do professor implica reconhecer um contexto bastante complexo de trabalho que envolve, além da saúde propriamente dita, questões sócio-culturais, econômicas, ambientais e psicoemocionais no qual ele está inserido.

Porém, a proposta do presente artigo foi focalizar para o aspecto da saúde vocal do professor, considerando todos os fatores que interferem na comunicação e na voz.

Referências bibliográficas

DRAGONE, M.L.S. Voz do professor: interfaces e valor como instrumento de trabalho. Araraquara, 2001./Dissertação. Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP/.

GARCIA, A. Fatores associados aos desvios de conduta vocal em professores. Revista Fono Atual, 13:37-41, 2000.

HERMES, CE.C.; NAKAO, M. Educação vocal na formação do docente. Fonoaudiologia Brasil Revista do Conselho Federal de Fonoaudiologia. v.2 (3), jun 2003

NAGANO, L. Perfil vocal e análise perceptivo-auditiva das vozes de professores de pré-escola. São Paulo, 1994. [Monografia Especialização Centro de Estudos da Voz].

QUINTAIROS, S. Incidência de nódulos vocais em professores de pré-escola e seu tratamento. Revista do CEFAC Atualização Científica em Fonoaudiologia. 2 (1):16-22, 2000.

SCALCO, M.A.G.; PIMENTEL, R.M.; PILZ, W. A saúde vocal do professor: levantamento junto a escolas particulares de Porto Alegre. Pró-Fono Revista de Atualização Científica, 8 (2): 25-30, 1996.

SERVILHA, E.A.M. Consciência vocal em docentes universitários. Pró-Fono Revista de Atualização Científica. Setembro, 9 (2):53-61, 1997.

VAZ, A.C.; RODRIGUES, M.V.; CARVALHO, L.M.; TRENTINI, A.L.; MELISSOPOULOS, C.B.; CAMPOS, A. S.; ZOPPELLO, D.L.; CAVALCANTI, S.A. Voz do professor: Prevenir é preciso. In: FERREIRA, L.P.; SILVA, M.A. A. São Paulo, Roca, 2002.

marco antonio f. hansen | doutor em engenharia¹

Origem, quantidade e qualidade da água

Resumo *A água tem sua proveniência desde os primórdios da formação do Universo. Os planetas vizinhos Vênus e Marte, por suas condições físico-químicas e ambientais, podem ser considerados como a Terra no passado e futuro geológico, respectivamente. Em termos quantitativos, os recursos hídricos apresentam um limite de ciclagem anual, como se fosse uma caixa d'água, que cada vez mais está sendo consumida pelo aumento exagerado da população do planeta e deve se considerar que muito desta ciclagem leva de milênios a horas para retornar ao ciclo das águas. Dessa maneira, além dos fenômenos naturais há uma interferência cada vez maior da Antroposfera nos aspectos qualitativos das águas. Há, portanto, uma necessidade cada vez mais premente e maior de conscientização sobre preservação, conservação e proteção dos recursos hídricos, a exemplo da Campanha da Fraternidade.*

Palavras-chave: origem, quantidade e qualidade, recursos hídricos da Terra

Origem da água

O Sol é uma das 200 bilhões de estrelas de nossa galáxia, denominada de Via Láctea, dentre outras 100 bilhões de galáxias existentes, que se formou no meio do caminho da grande explosão do Big-Bang (13,4 Ga.), através da formação de uma Supernova.

A água já existe desde a formação do Universo e mais tardiamente de nosso Sistema Solar (aproximadamente 8 Ga.), juntamente com os compostos CH₄, NH₃ e H₂.

Em nosso Sistema Solar, os estados da matéria da água estão relacionados direta-

mente com a distância do Sol e aos estágios de resfriamento parcial pelos quais o planeta passou até o momento. Quanto mais próximo do "astro rei", a água é encontrada no estado físico gasoso, formando atmosferas densas, que no caso de Mercúrio ela praticamente inexistente, pela sua pequena massa em relação aos outros planetas de nosso Sistema.

O planeta Vênus ("planeta fogo"), segundo a partir do Sol e de tamanho similar à Terra, possui uma atmosfera extremamente densa devido à elevada temperatura de sua superfície com muitos fenômenos vulcânicos associados o que acaba gerando um enorme efeito estufa. Em Vênus só haverá água o dia em que a sua temperatura for inferior a 100°C (temperatura de ebulição da água), como ocorreu com a Terra. Podemos dizer, em termos geológicos, que Vênus é a Terra no Passado Geológico.

¹ Professor do Curso de Geologia da UNISINOS
Doutor em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
hansen@euler.unisinos.br

A Terra ("planeta água") é privilegiada por sua posição, distando cerca de 150 milhões de quilômetros do Sol, e possui água nos três estados físicos da matéria: gasoso na atmosfera (troposfera, estratosfera, mesosfera, termosfera conhecido como ionosfera e a exosfera), líquido na hidrosfera (rios, lagos, pântanos, umidade dos solos) e sólido na criosfera (geleiras, calotas polares e solos congelados *permafrost*).

O quarto planeta a partir do Sol é Marte ("planeta deserto"), conhecido também como "planeta vermelho". As evidências dos processos erosivos pela ação de água mostram naquela superfície morfologia típica de ação fluvial, mostrando que já havia recursos hídricos superficiais e deve haver, com certeza, subterrâneos. Daí surge uma pergunta: será que a Terra será igual ao planeta Marte no futuro geológico? Levando em consideração que em 1960 as áreas desérticas áridas e semi-áridas perfaziam 20% do planeta Terra, e que em 2004 já estão na marca dos 30%, pode-se supor que o futuro da Terra poderá ser o de Marte. Grande parte desses problemas de desertificação, arenização, como é o caso de Alegrete (RS) e imediações, é devido ao mau uso da terra.

Nos pólos de Marte, conforme as estações do ano marciano, a água está no estado sólido (gelo) em maior ou menor quantidade. Por ser um planeta bem menor do que a Terra, sua atmosfera é mais tênue. Estes são os chamados planetas terrestres, segundo os astrônomos.

Os planetas Júpiter, Saturno, Urano, Netuno são considerados os gigantes gasosos e gelados, depois vem Plutão, que é menor do que nossa lua, e mais recentemente Sedna, situado no cinturão de Kuipper (Nuvem de Oort), onde se localizam os corpos, como fonte dos cometas que caem e passam pela Terra. Todos estes possuem temperaturas extremamente baixas.

Cabe aqui considerar que a proveniência da água é do próprio planeta, uma pequena parte que adiciona pela queda de muitos cometas (corpos rochosos cobertos de gelo), sobre nossa Terra. Daí surge uma questão dos panspermistas sobre a origem da vida ser extraterrestre, pela

queda de meteoritos ou cometas sobre a Terra, pois representa em torno de 19 mil corpos celestes, que entram na forma de "estrelas cadentes" sobre nosso planeta. Outra corrente de pesquisadores defende a origem da vida na própria Terra relacionada com as condições físico-químicas e ambientais, onde o composto água nos três estágios da matéria propicia a formação dos seres vivos, que dependem da água para sobrevivência. Se somos produtos de uma mesma origem, a grande explosão, é natural pensar que existem condições de vida não só em nosso Sistema Solar, mas também em outros locais similares do Universo.

A água, além de ser o componente físico da natureza, apresenta várias funções, tais como elemento vital, purificador, batismal, integrante dos ambientes aquáticos e é a responsável pela manutenção da vida no planeta.

Por meio dos registros fossilíferos é possível observar que a evolução dos seres vivos teve sua origem nos oceanos primordiais, de onde surgem nossos antecessores.

As propriedades d'água são ponto de congelamento a 0°C, ponto de ebulição a 100°C e densidade de 1g/cm³.

A água no estado gasoso como elemento da atmosfera se concentra principalmente na primeira camada, a Troposfera (até 12 km de altitude Tropopausa), e esta se encontra na forma de vapor d'água no ar, em depósitos subterrâneos termais e a partir fenômenos vulcânicos. No estado sólido se encontra nas altas latitudes (pólos) e nas elevadas altitudes do planeta. No estado líquido, os mares, oceanos, águas subterrâneas, rios, lagos, pântanos e umidade dos solos são os principais integrantes.

Nos períodos de clima seco a água dos rios e lagos alimentam os mananciais subterrâneos, enquanto que no úmido a precipitação da chuva migra por escoamento superficial e por infiltração de maneira subsuperficial (zona de aeração) para os cursos d'água por efeito da gravidade.

Se considerarmos o volume da Terra, a quantidade de água não é expressiva, pois a relação entre volume e a área dos mares e oceanos do planeta é de quase 3.000 vezes maior.

O total da área superficial da Terra é de 510.300.000 km², destes, 10,9% são de

calotas polares e de geleiras montanhosas, 18,3% são de terras emersas, e 70,8% de oceanos e mares (figura 1).

As áreas emersas mais as calotas e geleiras perfazem 29,2% das superfícies continentais (figura 2).

As demais áreas do planeta, 70,8%, estão representadas por oceanos e mares. Os mares do Atlântico são (figura 3). Antilhas, Mediterrâneo, Baía de Hudson, do Norte, Báltico, Golfo de São Lourenço, Irlandês e Canal da Mancha; do Pacífico são o da China, Meridional, Bering, de Okhotsk, da China Oriental, do Japão, do Golfo da Califórnia e do Estreito de Bass; e do Índico são Golfo de Bengala, Vermelho e o Golfo Pérsico.

A quantidade de água dos oceanos e mares da Terra é de 95,7%, perfazendo um total de 1.351.350.000 km³, sendo desse valor 99,994% (1.351.265.000 km³) de água salgada e (85.000 km³) de água salobra, enquanto que a água doce perfaz somente 2,5%, com 34.650.000 km³.

Considerando os 2,5%, como 100%, 68,78% são representados pelas calotas polares (23.832.850 km³); 29,9% pela água subterrânea (10.360.350 km³), sendo que 70% se encontram em profundidades superiores a 750 metros (7.252.245 km³ = 29,93%); 0,82% para solos gelados permafrost (284.710 km³); 0,25% para lagos e reservatórios (88.090 km³), 0,12% para geleiras (41.000 km³); 0,05% para umidade dos solos (16.000 km³); 0,04% para o vapor atmosférico (13.000 km³); 0,03% para pântanos (11.000 km³); 0,007 para rios (2.000 km³); e 0,003% para biomassa (1.000 km³), modificado de Shiklomanov in IHP-IV/UNESCO (1998).

Considerando que talvez seja o maior manancial de água doce subterrânea do mundo, o aquífero Guarani vai desde a Bacia Sedimentar do Paraná até a Bacia do Chaco-Paraná figura 4. A água se encontra nos poros e/ou fraturas das rochas e não em rios subterrâneos como muita gente pensa, exceção para o relevo de rochas calcárias (relevo cárstico), onde se tem a formação de grutas, cavernas e outras feições subterrâneas.

O aquífero Guarani possui uma área aproximada de 840 mil km² no Brasil, do total de 1,2 milhões de km². No território

nacional está em oito estados: Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma área de 157.600 km² abarcando uma população estimada de 15 milhões de habitantes.

As formações geológicas do Guarani são constituídas por sedimentos de origem fluvial (rios) e lacustres (lagos) do período Triássico (245-208 milhões de anos): Formações Pirambóia e Rosário do Sul, no Brasil, e Buena Vista no Uruguai; sedimentos eólicos desérticos do período Jurássico (208-144 milhões de anos): Formações Botucatu, no Brasil; Misiones, no Paraguai; e Tacuarembó no Uruguai e Argentina (Rocha, 1997).

Ciclo das águas e quantidade

Os componentes dos ciclos das águas são o Sol, com seus 5.727°C, que proporciona a evaporação dos corpos de água superficiais, a evapotranspiração a partir da flora e a transpiração dos seres vivos integrantes da fauna. Ao ascender, o vapor d'água se resfria, condensa, nucleia com poeiras e pólenes formando as nuvens e então precipita na forma de água ou neve dependendo da posição no globo terrestre em que se encontra o fenômeno. Ao cair na superfície terrestre pode ser interceptada pelos vegetais, construções e outros interceptadores antrópicos, ou naturais, sendo que uma parte vai se infiltrar e a outra se escoar. Tudo isso depende das condições de relevos, tipos de solos, declividade, condições climáticas, que são regidas pela intensidade, duração e frequência com que a precipitação ocorre. A parte que se infiltra irá alimentar por percolação a parte subsuperficial e outra mais lenta, a subterrânea.

A precipitação anual no planeta Terra funciona como uma caixa d'água, ou seja, apresenta uma quantia fixa que é de 577.000 km³/ano; desse montante, 87,14% (502.800 km³/ano) é evaporado dos oceanos e mares precipitando somente 79,38% (458.000 km³/ano). A diferença de 7,76% é relativa ao transporte de umidade do oceano para o continente. No continente precipita 119.000 km³/ano, ou seja, 20,62%, e a evaporação continental é de 74.200 km³/ano, representando 12,86% (evaporação, evapotranspiração e transpiração), restando 7,76% para ficar na forma de escoamento superficial em

rios, 29.205 km³/ano (5,06%) mais o escoamento costeiro para o oceano de 2.200 km³/ano (0,38%), e infiltração de 13.395 km³/ano (2,32%) para alimentar os aquíferos livres (regidos pela pressão atmosférica) e confinados (entre camadas impermeáveis)

Os dados referentes à disponibilidade dos recursos hídricos no mundo têm por base série histórica desde 1920, segundo estudos reunidos por Shiklomanov in IHP-IV/Unesco (1998). Portanto, conforme os dados, dispomos anualmente somente de 44.800 km³/ano, e considerando que o aumento da população representa positivamente um crescimento exponencial de 2,33 indivíduos novos no mundo a cada segundo, já somos hoje 6.367.499.652 de habitantes desde 12 de outubro de 1999, quando atingimos a casa dos 6 bilhões de habitantes. Segundo a base de dados internacional do U.S. Census Bureau, estima-se para 2050 uma população superior a 9 bilhões de habitantes. A água doce do planeta que é possível ser aproveitada pelo homem é de 14.000 km³/ano. Com a taxa de crescimento da população mundial em 1,6% ao ano, e se o consumo da água por indivíduo se estabilizar, a caixa da água do planeta suportará aproximadamente 50 anos, depois disso a oferta será menor do que o consumo. Portanto, deve-se criar uma consciência ambiental e procurar diminuir e minimizar os problemas relacionados com a água, caso contrário, como se poderá controlar esse carcinoma do planeta?

O corpo humano perde diariamente no processo de respiração, durante a expiração 0,4L de água, pela urina 1,2L, pela evacuação variável de 0,1L a 0,3L, totalizando os 2,5L/dia necessários para sobrevivência, portanto precisamos repor 1,5L bebendo água e 1,0L por meio da ingestão de alimentos. Se for considerada a quantidade de água do nosso corpo, que é em torno de 71%, esta equivale ao percentual da área de nosso planeta.

Com estes dados se pode pensar, em função do número de habitantes da Terra, que só para a dessedentação humana já são consumidos 6.300 km³/ano, outro tanto é necessário para diluição e transporte de dejetos.

A água, dependendo do meio, para que a mesma gota retorne ao ciclo hídrico, possui um período de renovação, ou seja, tempo necessário para a mesma gota retornar ao ciclo que varia de 10.000 anos no caso dos solos congelados *permafrosts* até várias horas com a água biológica. O gelo polar leva 9.700 anos, os oceanos 2.500 e as geleiras de montanhas 1.600. Já a água subterrânea leva 1.400 anos, os lagos 17, os pântanos 5, a umidade nos solos um ano, as redes de canais fluviais, 16 dias e a umidade atmosférica oito dias. Levando isso em consideração, com tudo o que poluímos e contaminamos hoje, certamente estaremos prejudicando as gerações futuras ou a sua sobrevivência. Não é em vão o esforço para a conquista de Marte, ou será que este dinheiro deveria ser aplicado para frear este crescimento descomedido da população terrestre, que terá como consequência uma maior demanda de água e de outros insumos que também necessitam dela.

Nos bancos escolares, há bem pouco tempo, se ensinava que o planeta Terra em sua estruturação externa é composto pela Litosfera, também conhecida como Crosta terrestre, Atmosfera, Hidrosfera, Criosfera e Biosfera; porém hoje já temos mais uma esfera, ou FERA, a Antroposfera, que está tomando conta de tudo, de forma desorganizada.

O Brasil é um país privilegiado com relação à quantidade de água, pois se encontra no topo da lista dos nove países que possuem 60% da água do planeta, entre eles estão, em ordem decrescente, Brasil, Rússia, EUA, Canadá, China, Indonésia, Índia, Colômbia e Peru. Temos, portanto, quantidade, porém mal distribuída em relação à concentração da população. A América do Sul possui em torno de 685.000 m³/km² de disponibilidade de água; em segundo lugar está a América do Norte, com 315.000 m³/km²; a Ásia, com 305.000 m³/km²; a Europa, com 285.000 m³/km²; a Oceania e Austrália, com 275.000 m³/km² e a África com 120.000 m³/km². Mas a maior quantia per capita fica com a Austrália e Oceania, que é de 86.000 m³ em comparação com os 45.000 m³/km² da América do Sul, ficando os menores valores para Ásia e Europa.

Dentre os setores de maior consumo mundial está a agricultura com 69% (1.380 milhões de m³), seguida pela indústria com

23% (460 milhões de m³), e o uso doméstico com 8% (160 milhões de m³). Os processos de produção exigem, conforme o produto, enormes quantias de água: para a produção de 1 kg de algodão são necessários 10.000L; para 1 kg de arroz é preciso de 4.500L; para 1 kg de trigo se necessita de 1.500L de água. Os processos industriais também demandam muita água: para 1L de álcool são necessários 2.700L de água; para 1 kg de aço varia de 300L a 600L de água, para 1 kg de cimento se necessita de 35l de água; para 1L de cerveja oscila de 5L a 25L de água. No uso doméstico, para lavar 1 m² de sarjeta é preciso de 25L de água e para limpar 1 m² de chão se consome 5L de água.

No mundo, um ano de uso da água para fins agrícolas equivale a 66 anos de uso doméstico.

O consumo de água por litro por dia, por pessoa, no Brasil, se situa entre 300 a 450; em Nova York, é de 1.000, e em alguns países europeus chega até 1.700, enquanto que noutros, como Madagascar, é de apenas 5,4.

Em termos de Brasil há uma má

distribuição, ou seja, 68,5% dos recursos hídricos estão no Norte; 15,7% no Centro-Oeste; 6,5% no Sul; 6,0% no Sudeste e apenas 3,3 % no Nordeste, sendo que, nos dois últimos, se concentra mais de 70% da população brasileira, em apenas 29,1% da superfície, enquanto que o Norte possui 45,3% da área.

Qualidade da água

A água será extremamente rara de se encontrar em bem pouco tempo, se não tomarmos as devidas providências, pois ela é difícil de ser localizada pura, pela grande capacidade que possui de dissolver outras substâncias como minerais, gases e matéria orgânica.

A qualidade e a quantidade não se encontram dissociadas, pois em regimes de seca a concentração de poluentes e contaminantes é bem maior, e nos regimes de enchurradas, doenças são transportadas de locais com resíduos infestados e infectados por microorganismos patogênicos, que se transmitem às populações ribeirinhas.

As águas salgadas situadas nos oceanos e mares são impróprias para o consumo pelo



excesso de sais, acima de 4.0 g/L, mas daí resulta a questão dos dessalinizadores, cujos custos da tecnologia ainda a tornam inviável. As águas salobras com teor de sais entre 1.0 g/L a 4.0 g/L, situadas no ambiente transicional entre o marinho e o continental, também são dotadas de excesso de sais. Em contrapartida, temos um grande manancial de água doce (abaixo de 0,5 g/L) junto às geleiras e calotas polares, porém, pelo processo de destilação, é isenta de sais e portanto prejudica os organismos que a consomem, pois retira os sais por onde passa, e se sabe que para sobrevivência são necessários os três reinos, o animal, o vegetal e o mineral.

Dependendo do ambiente geológico do planeta temos vários tipos de águas, sulfurosas, radioativas, cálcicas, ferruginosas, entre outras, uma mais e outras menos mineralizadas, se prestando para diferentes fins.

As formas de utilização da água são as mais diversas e responsáveis pela qualidade dos recursos hídricos, assim como eventos naturais tais como secas, inundações, oscilações climáticas globais do *El Niño*, *La Niña*, condições normais, vulcanismo e incêndios. Aliado ao fato do homem estar induzindo modificações, acelerando o efeito estufa, rompendo a camada de ozônio, ampliando a acidez do meio físico acabando, dessa maneira, com ecossistemas pela ocupação desordenada de verdadeiros santuários de espécies, que paulatinamente estão se extinguindo e rompendo com o equilíbrio ambiental.

Os usos mais comuns da água são: o urbano, envolvendo o doméstico, o comercial e o público; o uso industrial sanitário e de refrigeração de processos; o da irrigação do meio rural, em hortaliças, frutas, cereais; na recreação e lazer; na harmonia paisagística; na preservação da flora e fauna; na navegação fluvial; geração de energia; controle de incêndios e na pesca.

Todos estes usos fazem com que o Brasil ainda seja um dos privilegiados com uma população em torno de 79% com acesso à água potável, enquanto que para muitos países africanos seu acesso varia

de 12% a 29%, seja por escassez, por contaminação, seja por falta de condições financeiras e econômicas. A água potável tem variações nas diferentes épocas do ano, e para que seja potável, tem de ser incolor (sem cor), insípida (sem gosto) e inodora (sem cheiro), sem a presença de microorganismos patogênicos à saúde e com teores de elementos contaminantes. Esta definição está se tornando uma premissa pouco verdadeira, pois muitas águas, segundo a recente Portaria 518/GM, de 25 de março 2004 do Ministério da Saúde, que substituiu a 1467, apresentam valores máximos permissíveis dos elementos químicos, que quando excedem podem ocasionar por efeito acumulativo doenças graves e até levar à morte.

Quanto às classes das águas, segundo a Resolução do CONAMA 20/86, a maioria dos rios, desde seus setores medianos até a foz ou exutório, estão na classe 4, ou seja, a pior dela, onde os usos da água devem ser somente para navegação, harmonia paisagística e outros menos nobres.

O que os fornecedores de água para abastecimento público estão fazendo é um verdadeiro milagre de transformação com tecnologia avançada.

Um dos principais vilões no processo de poluição hídrica e sua contaminação são os insumos utilizados na agricultura, como fósforo e nitrogênio. Outros locais mais industrializados têm seus problemas com metais pesados bioacumuladores por efeito de uma magnificação na cadeia trófica alimentar, disposição de resíduos sólidos urbanos, além de outros.

São inúmeros os problemas advindos da água, com 10 milhões de mortes anuais atribuídas a doenças intestinais transmitidas por ela, tais como desintéria bacilar, diarreia e outras; 33% da humanidade com doenças ou debilidades pela impureza da água como: cólera, febre tifóide, paratifóide, hepatite infecciosa, poliomeleite, etc.; e 33% ameaçada pelo lançamento de substâncias químicas nas águas de efeito colateral desconhecido.

Existem várias espécies que não suportam mais as variações, surgindo situações que nossos avós desconheciam, como das marés vermelhas, processos de eutrofização pela superpopulação de crescimento algálico (flora), que compete

com superioridade de três vezes no consumo de oxigênio sobre os demais organismos da fauna aquática.

Os elementos químicos introduzidos de efeito desconhecido têm surtido efeito com o aparecimento de necroses, mutações e outras alterações nos seres vivos de ambientes aquáticos, além da constante extinção de várias espécies.

Da maneira com que estamos conduzindo esta nave espacial Terra, sem piloto que viaje no espaço sideral, a vários quilômetros por segundo, rumo ao desconhecido, e além do mais, ocupando a parte externa, pois não estamos nem dentro da cabine, não precisa nem ser profeta para prever o futuro. O primeiro problema já é uma realidade, o da qualidade da água, vindo em segundo lugar a quantidade; o próximo da lista serão os recursos da terra, pois se a população

continuar a se expandir não haverá área suficiente para o cultivo dos insumos agrícolas; e o quarto e último, será o da qualidade do ar.

Necessita-se cada vez mais conscientizar não só as nossas sementes (nossos filhos), mas de uma maneira geral todos os ocupantes do que era um belo e harmonioso planeta para que as ações devam ser pensadas de maneira integrada, dentro dos aspectos ambientais, sociais e econômicos equilibrados para vislumbrar um desenvolvimento sustentável e assegurar aos nossos filhos um futuro mais promissor.

Ato como o tema da Campanha da Fraternidade deste ano enfocando a água demonstra a preocupação daqueles que mantêm o contato direto com o povo e percebem suas aflições.

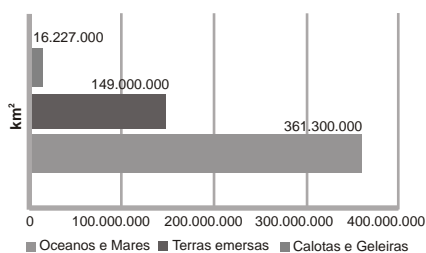


Figura 1

Gráfico mostrando a relação das áreas entre a hidrosfera, litosfera e crisosfera

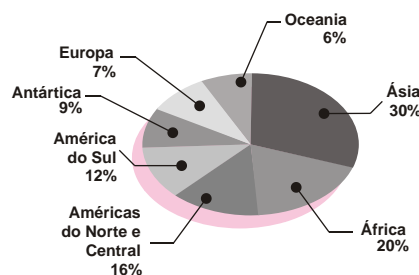


Figura 2

Gráfico mostrando o percentual das áreas continentais da Terra

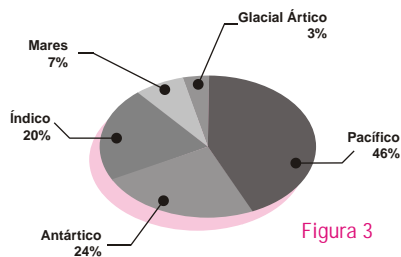


Figura 3

Gráfico com o percentual dos oceanos e mares



Figura 4

Mapa mostrando na área escura a distribuição do aquífero Guarani

Fonte: www.ambiente.sp.gov.br/aquifero/aquifero_guarani.htm

Bibliografia

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Águas doces no Brasil, Capital Ecológico e Conservação. Ed. Escrituras 720p., 2002.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Água e desenvolvimento rural. 327-44, 202.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. 11(29):127-54, 1997.

ROCHA, G.A. O grande manancial do Cone Sul. USP, Estudos Avançados no 30. P.191-212, 1997.

Tanto os estabelecimentos de saúde quanto os de ensino são as duas grandes portas de entrada dos casos de negligência e violência contra a criança e o adolescente

Violência sexual: prevenção à reincidência



A Constituição Federal Brasileira, em 1988, sensível ao tema da infância e da juventude, adotou, no artigo 227, o princípio da Absoluta Prioridade no que tange a políticas públicas, com o fim de colocar a criança e o adolescente a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em 1989, um ano após a promulgação da Constituição Federal, o Brasil assinou a Convenção Internacional das Organizações das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, que estabelece os parâmetros gerais para a defesa dos direitos das crianças a serem adotados pelos países que aderiram.

Finalmente, em 1990, nasce, fruto de muito estudo e discussão, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Esta lei traz em seu bojo o objetivo de proteger e promover a cidadania das crianças e dos adolescentes de nosso país, e acolhe a doutrina jurídica da Proteção Integral à Infância. Essa doutrina já havia tomado forma através da convenção internacional da ONU, assinada pelo Brasil no ano anterior. E por fim, vem regulamentar o princípio já preconizado anteriormente pela Constituição Federal, ou seja, da Prioridade Absoluta.

Evidente que se trata de uma legislação diferenciada, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente traz uma nova concepção de direito, que acarretou mudanças profundas de ordem política, cultural e jurídica. Se trata, na verdade, de implantação de políticas, não no sentido setorial, mas de estratégias, programas e equipamentos sociais para o atendimento da criança e do

¹ Mestre pela Cumberland School of Law - Samford University - United States of America com tese sobre o tema "a prova em violência sexual de crianças quando não há vestígios materiais"

adolescente e suas famílias, exigindo integração operacional entre poderes e entidades públicas e privadas.

O tema criança e adolescente é por si só complexo, pois envolve uma personalidade em formação. Quando há necessidade de ser abordado juntamente com outro de igual complexidade, o assunto toma proporções assustadoramente delicadas diante das diferentes nuances que apresenta, como é, por exemplo, o caso da violência sexual contra o infante.

Sabe-se que a maioria dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes são pessoas conhecidas das vítimas. Pessoas em quem os infantes confiam, e esta situação de confiança em que o agressor se encontra o favorece a encobrir o crime, persuadindo ou assustando a criança para que permaneça calada. Deixar de falar sobre isso só contribui para a formação de indivíduos infelizes e desajustados socialmente.

O assunto é perturbador, pois implica violação de tabus sociais, causando desconforto na família e também entre os profissionais envolvidos. E justamente por causa deste manto de silêncio que impera na violência sexual contra criança que as estatísticas existentes no mundo inteiro não são confiáveis. Evidentemente que os profissionais que atuam mais diretamente nesta área sabem que somente alguns poucos casos chegam ao conhecimento das autoridades, e mais raro ainda os que recebem atendimentos adequados. Costuma-se dizer que é a ponta de um *iceberg*, não se tendo noção ao certo de toda a real demanda.

A violência sexual é uma situação em que uma criança ou um adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um outro adolescente, baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual,

voyeurismo, pornografia e exibicionismo até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência.

Na maioria dos casos o agressor é uma pessoa que a criança conhece, em quem confia e, freqüentemente, ama, como seus familiares ou responsáveis, amigos íntimos da família, vizinhos que costumam freqüentar a casa ou alguém que abusa de uma situação de dependência afetiva e/ou econômica da criança ou adolescente, podendo, inclusive, o agressor ser um outro adolescente. Os atos abusivos podem ocorrer com o uso da força ou violência real, mas não é a regra, na maioria das vezes a violência física não está presente, mas sim a psicológica, como a ameaça, ou até mesmo uma conduta de sedução por parte do agressor, permeada de promessas e presentes. A presença de um jogo onde o ódio e o amor se contrapõem constantemente é a regra, pois a criança desde cedo foi criada dentro desta troca de afeto doentia e por ser indefesa não consegue reagir sozinha sem a ajuda de adultos que consigam protegê-la e apoiá-la para que consiga enfrentar tanto a situação quanto o agressor. Por vezes, o grupo familiar está tão viciado neste jogo que deve haver a necessidade de uma intervenção externa para que o ciclo de

**O professor, devido à
convivência diária com o aluno,
tem condições de detectar
indicadores de maus-tratos
e abusos, inclusive sexuais**

violência venha a cessar e a família a se reestruturar.

A violência sexual, de uma forma geral, poderá ser dividida em dois grupos: sem contato físico e com contato físico. Ambos causam danos às crianças e aos adolescentes, e estas pequenas vítimas, ainda que recebam atendimento adequado, carregarão para o resto de suas vidas as seqüelas decorrentes dessas violências. Pode-se dizer que violência sexual sem contato físico, como a verbal, visa a chocar os infantes e despertá-los para a atividade sexual, incluem-se aqui os telefonemas obscenos; já o exibicionismo, o *voyeurismo*, são experiências que visam gratificar o agressor e perturbar o infante. A violência sexual com

contato físico poderá ser caracterizada por atos físico-genitais, sadismo, pornografia e prostituição de crianças e adolescentes, com fins econômicos.

O fato de o tema ser tão complexo não nos autoriza a fechar os olhos e a permitir que tamanha atrocidade continue acometendo nossas crianças. Foi pensando assim que os legisladores entenderam que duas áreas, por serem privilegiadas em lidar com crianças, deveriam receber atenção especial: a saúde e a educação. Na verdade, tanto os estabelecimentos de saúde quanto os de ensino são as duas grandes portas de entrada dos casos de negligência e violência contra a criança e o adolescente de uma forma genérica, pois são os profissionais da área da saúde e edu-

cação quem mantêm contato mais próximo e intenso com os infantes, capazes de criar com eles intimidade suficiente para levar à revelação, já que esta relação é permeada pela confiança.

Na verdade, a criança passa metade de seu dia dentro da escola, desenvolvendo atividades educativas sob a orientação ou supervisão de um professor ou educador. Este profissional tem a oportunidade de, nesse período, observar o aluno e verificar alterações físicas e comportamentais que poderão servir de indicadores de maus-tratos ou violência, inclusive sexual. Diversos são os indicadores que podem levar à suspeita de que uma criança ou adolescente esteja sendo vítima de violência sexual: normalmente quando ocorrem alguns indícios concomitantemente, a necessidade de se investigar seriamente a questão é fortalecida. Os indicadores mais frequentes são:

- lesões físicas, como hematomas, queimaduras, ruptura de hímen, marcas de mordidas, lacerações anais, fraturas, etc.;
- doenças sexualmente transmissíveis;
- negligências médicas como doenças não-tratadas;
- distúrbios de sono (pesadelos) e alimentação (perda ou excesso de peso);
- problema de aprendizagem;
- enurese noturna;
- comportamento muito agressivo ou rebelde, ou ainda apático;
- comportamento extremamente tenso, em estado de alerta;
- regressão a um comportamento infantil;



A Constituição de 1988 define como prioridade que crianças e adolescentes fiquem a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

- tristeza, abatimento profundo, choro constante sem causa aparente;
- comportamento sexualmente explícito (inapropriado para a idade);
- masturbação visível, contínua e brincadeiras sexuais agressivas;
- relutância em voltar para a casa, fugas de casa;
- não frequentar a escola por vontade dos pais ou faltas frequentes;
- ter poucos amigos;
- não confiar em adultos próximos;
- relacionamentos entre crianças e adultos com ares de segredo e exclusão dos demais;
- idéia de suicídio, autoflagelação, baixa auto-estima
- dificuldade de concentração e hiperatividade.

Evidentemente que não basta que ocorra somente um dos indicadores para afirmarmos que exista suspeita; há que se verificar a realidade da criança, as circunstâncias em que ela vive e se estão presentes outros elementos que indiquem a violência. A magnitude das lesões está associada à gravidade da violência sexual, mas geralmente estão presentes em pequeno número, pois a maioria dos casos não deixa vestígios físicos, o que implica, sob o aspecto jurídico, a busca de elementos psíquicos para a formação do conjunto probatório, seja para a instrução do

processo visando à proteção da criança ou à punição do agressor.

Da mesma forma que são necessários conhecimento e coragem para reconhecer a situação de violência sexual que se apresenta, também são necessários conhecimento e coragem para denunciá-la de forma correta, e assim não prejudicar ainda mais a criança, expondo-a de forma desnecessária e fazendo-a passar por equipamentos despreparados para recebê-la e avaliá-la. A maioria das pessoas tem dificuldade em comunicar possíveis casos de violência sexual às autoridades. No entanto as conseqüências da falta desta notificação podem ser fatais. A Constituição Federal, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõem sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de violência sexual e determinam penalidades, não apenas para os que praticam o ato, mas também para aqueles que se omitem.

A Constituição Federal, ao aderir ao Princípio da Prioridade Absoluta, estabeleceu que é dever da família, da sociedade e do Estado, além de garantir os direitos da criança e do adolescente, colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e

opressão. O parágrafo 4º estabelece que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

O Código Penal, no artigo 213, estabelece o crime de estupro. O artigo 214 descreve o crime de atentado violento ao pudor e o 224 cria a presunção de violência quando a vítima não for maior de 14 anos de idade, quando for alienada ou débil mental e o agente conhecia esta circunstância, ou quando ela não puder por qualquer outra causa oferecer resistência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. O artigo 3º por sua vez refere que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa.

A Lei 8.069/90, estabelece, ainda, no artigo 13, que os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. Diante desta obrigatoriedade, o legislador, entendendo haver responsabilidade especial dos profissionais da área da saúde e educação, estabeleceu como infração administrativa, no artigo 245, a obrigatoriedade desta comunicação aos órgãos competentes, ou seja ao Conselho Tutelar.

Não há dúvidas que, quando se toma conhecimento de que uma criança está sendo vítima de violência sexual ou que há uma suspeita, é uma



situação delicada, e o momento de tomar uma decisão a respeito do que fazer com aquela informação é realmente angustiante. Entretanto, a denúncia é a única forma de evitar que a situação se propague.

É, na verdade a única forma real de proteção e prevenção. O procedimento correto é fazer a comunicação ao Conselho Tutelar da localidade mais próxima à residência da criança ou do adolescente. Qualquer pessoa poderá fazê-la, inclusive um membro da comunidade escolar que, pela legislação, tem a obrigação de comunicar os casos de maus-tratos, negligência e violência sexual.

O Conselho Tutelar poderá, dependendo da gravidade da situação, aplicar medidas de proteção à criança, ao adolescente, aos pais ou responsáveis, que implica tratamento psiquiátrico/psicológico, clínico, inclusão em programa de apoio familiar e até mesmo abrigar a criança, embora esta seja uma opção extrema. Por outro lado, o Conselho Tutelar representará ao Ministério Público

para intervenção judicial, quando necessária. Outra providência legal é a comunicação para a Delegacia de Polícia que poderá ser feita pelo Conselho Tutelar ou pelo responsável que acompanhar o infante, ou ainda mediante requisição ministerial.

De posse das informações, o Ministério Público poderá ajuizar ações para a proteção de crianças ou de adolescentes que poderão incluir desde Suspensão ou Destituição do Poder Familiar combinada com guarda ou abrigo. Estas ações ainda poderão ser cumuladas com Afastamento do Agressor do Lar, Avaliações Psiquiátricas, Tratamentos para Drogadição, Regularização de Registro Civil e outras. Uma vez ajuizada, a ação tramitará em razão da matéria junto ao Juizado da Infância e Juventude, no Estado do Rio Grande do Sul. O procedimento criminal para apuração do crime correspondente à violência sexual praticada inicia na Delegacia de Polícia para a Criança Vítima e Promotoria de Justiça Criminal.

Além das ações de direito individuais para a proteção dos

direitos das crianças e dos adolescentes também existe a possibilidade de interposição de Ações Cíveis Públicas para garantir a prioridade nas políticas públicas, conforme prevê a legislação vigente.

Embora estes mecanismos de exigibilidade de direito estejam à disposição da sociedade e dos agentes que têm a obrigação legal de promover os direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, serão estes mecanismos desencadeados no caso de tais direitos não serem garantidos. Este caminho, em consonância com o espírito desta legislação, deve ser utilizado como último recurso. Cabe aos agentes do direito fomentarem junto à população e ao poder público a necessidade de políticas corretas com relação à aplicação dos direitos fundamentais de proteção à infância, proporcionando a integração dos poderes com a comunidade e estimulando o amadurecimento das relações políticas e sociais entre eles para implementação adequada do Estatuto da Criança e do Adolescente.

ricardo b. balestrieri¹ | educador e psicopedagogo

Consciência moral e construção da paz

Resumo *O presente ensaio propõe uma reflexão sobre a paz a partir de sua antítese, a violência. O estudo faz uma abordagem da não-paz com enfoque em uma dimensão crítico-analítica sobre o fenômeno da violência, suas causas e intencionalidade. Aponta a ideologia do consumismo e a injustiça social, e não a pobreza, como umas das causas da violência, entendida aqui como um fenômeno estrutural e planejado para a sobrevivência de um sistema fundado e mantido pela lógica perversa do crime, da exploração e da exclusão. A partir da análise de cinco propostas, o ensaio apresenta, se não soluções, caminhos para a construção da paz.*

Palavras-chave: educação -
violência - paz - consciência -
responsabilidade

A paz, tema deste texto, tem suas mais profundas raízes fincadas no singelo solo das relações interpessoais: o nosso comum cotidiano. Da mesma forma, as grandes guerras têm suas origens nos pequenos embates de crueldade competitiva, intolerância e indiferença que travamos cronicamente em nossa cultura do dia-a-dia. Infelizmente, na senda da globalização que tudo submete à pressa do mercado, vai se agravando o ritmo da perda de nossa humana capacidade contemplativa, de olhar-nos e olharmos todos os seres e coisas com olhos, a um só tempo, afetuosos e críticos. Assim, gente

da superfície, estamos apagando a luz da consciência moral, perdendo qualquer norte existencial, abdicando do desejo de plenitude, afastando-nos da paz que habita dentro e ingressando no jogo infernal e insaciável do poder exterior e das aparências. Para jogar conforme as regras propostas é proibido pensar com autonomia, é proibido propor a ousadia, é proibido crer em utopias, é proibido ser.

O tema da paz, portanto, longe de ser tão-somente um macrotema sócio-político-econômico, que mira a superação dos grandes conflitos históricos de massa, carrega uma gravidade individual, pessoal, nominal, irrecusável e intransferível. É, de tal forma, uma reflexão feliz e, ao mesmo tempo, perturbadora. Feliz porque, como toda reflexão, pode nos apontar alternativas, e perturbadora porque estamos, obviamente, diante de um mundo onde não se vive e nem se busca, com real determinação, uma cultura de paz.

¹ Diretor geral do Dep. de Pesquisa e Análise da Informação em Segurança Pública, da Sec. Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça.

A partir deste ponto, peço permissão para escrever um pouco mais sobre a antítese da paz, para deter-me nos espinhos antes de chegar à bela flor. Para que nosso discurso sobre a paz apresente-se com alguma consequência, é preciso que tenhamos a coragem de debruçarmo-nos dolorosamente, copiosamente (por que não?), sem escamoteios, sobre o fenômeno da violência. Aparentemente, estamos muito cansados de ouvir falar em violência. Estamos saturados de tanta conversa sobre isso, de tantas imagens, de tantos testemunhos. Parece-me, contudo, que, como em tudo, estamos superficialmente saturados. Ao abordarmos ou escutarmos abordagens sobre violência, geralmente o fazemos em um patamar bastante rasteiro e muito pouco analítico. Sofremos os efeitos tremendos, é verdade, que se tornam ainda mais tremendos porque não compreendemos minimamente as causas. Por medo, quão pouco desvelamos o que se encontra por trás dos fenômenos que nos causam medo! Contudo, não é apenas por medo que deixamos de incursionar pelos bastidores, onde o importante acontece. Também não o fazemos por interdito de um mundo onde, apesar de todas as declarações em contrário, é cada vez mais subversivo pensar livremente. Assim, em geral, as reflexões sobre o tema da violência se restringem ao discurso horrorizado, condenatório (e meritório, nesse sentido), mas muito superficial.

Dimensão crítica e analítica

Para que não caiamos na vala comum de tal visão lírica sobre a paz, precisamos enfrentar cognitivamente, ainda muito mais, ainda que desgostosos, a antipaz, a violência, a dor que nos assola. Em geral, rejeitamos essa perspectiva que nos incomoda por seu aparente negativismo. Ao final de muitas conferências que realizo sobre a paz há, quase sempre, gente contrariada que "não foi até lá para falar em violência". Não creio, contudo, que isso ocorra por consciente falta de vontade pessoal de enfrentar a dura realidade. Ocorre, sim, como manifestação de uma espécie de lavagem cerebral coletiva, como processo de negação

intelectual internalizado em decorrência da falta de interesse das elites e estruturas que nos dominam.

Aprofundando-se criticamente a discussão sobre a violência, muitas máscaras daquilo que genericamente chamamos de "sistema" caíam, revelando todo o podre esquema de articulação e funcionamento do mundo em que vivemos. Ao caírem tais máscaras, muitos entendimentos seriam obtidos sobre a dinâmica de exclusão, de exploração e de opressão das grandes massas que constroem as sociedades. Assim, uma análise mais profunda sobre a questão da violência não interessa aos estratos sociais dominantes. É por isso que se fala muito no assunto sem que, em geral, se dê a tais falas uma dimensão crítico-analítica.

Na contra-corrente, quero conclamar-nos a fazer uma tentativa, a lançarmos a nós mesmos uma provocação intelectual, a pensarmos nisso, ainda que sem pretensões, a sermos os donos da verdade. Paulo Freire dizia que ninguém ensina ninguém. A educação vive esse dilema, ao mesmo tempo assustador e maravilhoso: só podemos aprender sozinhos mas não podemos aprender sem o outro. O outro nos provoca, nos desafia, e nos lançamos pessoal e intransferivelmente na jornada da aprendizagem. Por isso, desculpo-me se algumas das presentes abordagens possam parecer demasiado enfáticas. Essa é a função de um texto: provocar reação intelectual. Lembro que o intento básico, aqui, não é produzir material acadêmico mas refletir sobre algo tão significativo em nossas vidas, passando pela senda do coração. A radicalidade das afirmações, portanto, é paixão e não pretensão. Tal paixão incendeia os sentimentos e o intelecto e nos provoca a enfrentarmos nossos limites corajosamente, a encararmos de frente as reflexões que nos são difíceis e caras, a voltarmos a sonhar e a construir utopias realizáveis. Nesse contexto é que gostaria de inserir estes singelíssimos pensamentos sobre violência e paz.

Instigado por tal ousadia que nos inspira a paixão, penso que chegou o momento de afirmar que a violência não é um fenômeno solto, desarticulado, casual, indesejável às entranhas do macrosistema político e econômico que a todos domina. A emblemática destruição das torres gêmeas em Nova York, por exemplo, não pode ser encarada

como mero resultado de disparidades culturais e cronológicas, como somente um fenômeno destrutivo gestado a partir da indisposição de uma das muitas dispareas arestas da fragmentada pós-modernidade. Não é um embate, apenas, entre extremadas civilizações. O "ovo da serpente" foi chocado entre nós, é fenômeno nosso, é um produto, entre tantos, da cultura que nós mesmos produzimos, cultura da violência banalizada e "necessária".

O que nos poderia parecer, em ligeira análise, um gesto de traumático simbolismo, no ataque à única grande potência que restou é, na verdade, o emblema de um fenômeno há décadas vivenciado e multiplicado por nossa dita civilização. Para ilustrar um pouco melhor tais afirmações, recorro a uma declaração de grande autoridade no campo em questão, porque produzida por um dos maiores cineastas vivos, Robert Altman: "Os filmes de Hollywood ditam o padrão e os terroristas seguiram esse padrão. Ninguém teria cometido uma atrocidade dessas sem nunca ter visto filmes na vida".

Falamos, aqui, do fenômeno globalizado da violência que se encontra no dia-a-dia de todas as culturas e de todas as pessoas, inclusive no nosso. Se formos bem honestos, teremos que reconhecer que a violência está internalizada dentro de cada um de nós, ainda que procuremos alternativas. Somos também produtos desse mundo violento.

Recentemente, pesquisa da Unesco, realizada em 23 países, incluindo o Brasil, trouxe-nos dados alarmantes, que nos podem fazer compreender melhor a dimensão que alcança o fenômeno da violência. Uma das coisas que a Unesco desejava saber era qual o herói mais significativo na vida dos adolescentes iniciais desses países. Poderia ser Jesus, poderia ser Gandhi, poderia ser Buda, poderia ser Martin Luther King, poderia ser Madre Tereza, poderia ser Bahá'U'Lláh, poderia ser Einstein, poderia ser Freud, poderia ser Marx, poderia, para os brasileiros, ser Irmã Dulce ou Cora Coralina, poderia ser Alan Kardec, poderia ser o Dalai Lama, ou qualquer outro ou outra que tenha prestado contribuição efetiva ao desenvolvimento da humanidade. Nenhum deles foi

muito citado, no entanto, diante do grande vencedor: o "Exterminador do Futuro", ente ficcional hollywoodiano, encarnado por Arnold Schwarzeneger. A maioria da adolescência planetária declarou que o seu maior herói, sua maior fonte de inspiração, é um personagem que sequer existe. Que mundo é este? Que mundo é este que legamos aos nossos jovens?

Lembram dos adolescentes que fuzilaram os colegas na Columbine School, dando declarações em que se diziam inspirados no filme *Matrix*? Trata-se de uma película excelente, de profundo conteúdo. Isso, no entanto, não foi percebido. A lavagem cerebral que se processou nas últimas décadas abriu, nos jovens cérebros, espaços privilegiados para a captação de rajadas de bala, de tripas saltando, de sangue escorrendo e os bloqueou para a compreensão de mensagens.

Na sociedade do espetáculo, a forma substituiu, em gênero, número e grau, o conteúdo. É evidente que tal forma é vendável e que, em última instância, atende às nossas pulsões agressivas e de morte. A pergunta, no entanto, é: precisamos fragilizar tanto o superego individual e coletivo, trazendo à tona o que, em boa linguagem psicanalítica, deveria ficar recalcado no inconsciente?

O padrão de Hollywood

Que perigosa legitimação de pulsões moralmente condenáveis, como exercício, estamos introduzindo com banalidade em nossos universos conscientes? Qual será o paradeiro disso tudo? Indo além, com que objetivo? A mídia, corporativamente, assume o argumento de que "vende o que as pessoas estão interessadas em comprar". Não é sequer preciso apelar para o cinismo que acoberta o descompromisso com o papel educativo que os meios de comunicação estariam obrigados a ter, para contraditar tal simplismo. Melhor é perguntar: vende-se o que as pessoas compram ou as pessoas compram o que se quer vender?

É primário atacar como censores os que questionam a censura real que dita as regras, fundada em interesses de ordem política e econômica. É primário mas funciona e mantém o jogo acontecendo. É fácil dizer: "quem não quer ver que troque de canal ou

desligue". Quantos, em nosso tempo, contudo, teriam tal força psicológica para desligar (já que, na TV aberta que é a que está em todas as casas excetuando-se algumas emissoras educativas, trocar de canal, em geral, seria trocar lixo por lixo)? Mais, quantos possuem o privilégio das imagens e sons do Discovery Channel na sala-de-estar ou no *home theater*? A grande massa, que precisa ser manipulada, só tem mesmo acesso à TV aberta, essa velhaca, vilmente comercial, caixa de patifarias dourada por uns raros momentos de qualidade (como o "Globo Repórter" ou o "Passando a Limpo", para citar dois exemplos de horário nobre). O conteúdo não requer muita análise acadêmica. Basta assistir. A má qualidade e a falta de ética são evidências empíricas. É o "óbvio ululante". Só não quer vê-lo quem tem interesses e só não o vê quem já se deixou hipnotizar (lamentavelmente, a quase totalidade das pessoas).

Apocalipse da TV

Quero deixar claro que não estou propondo, aqui, o fim da televisão. Seria ridiculamente saudosista supor que isso fosse possível. Também não seria justo, uma vez que, liberta dos mega interesses político-econômicos que a dominam, a TV seria uma das melhores ferramentas de educação, de difusão de conhecimentos, de lazer saudável e de promoção das legítimas culturas populares. O que está faltando não é colocar fora a TV mas começar a interpretar aquilo que se vê. Também começar a pressionar os canais, as redes, por mais qualidade. O Brasil está atrasadíssimo nisso. Fico escandalizado com o que somos capazes de engolir passivamente, por anos a fio, sem reclamar, como se fosse uma fatalidade. Preciso, ainda, lembrar que a violência dos filmes é produzida basicamente nos Estados Unidos. O meu discurso, aqui, não é antiamericano. É absolutamente indispensável que sejamos solidários com os que lá foram vitimados pela bestialidade do terrorismo. Contudo, seria imperdoável esquecermos que os Estados Unidos produzem quase toda a violência exportada para o planeta pela televisão. Pasmese, agora, com outra conclusão da mesma Unesco,

aqui antes citada: a violência que exportam é maior do que aquela que consomem internamente. "Um estudo feito nos EUA indica que os programas norte-americanos exportados para outros países contém mais violência que os programas americanos transmitidos nos EUA." (Gerbner, 1977, citado em A Criança e a Violência na Mídia, pág 51). "Pode-se estimar que cerca de 70% do tempo de violência seja de origem norte-americana." (idem, pág. 50). Por quê? Que dado é esse que parece falar por si mesmo? É inevitável que a gente comece a perder a virgindade intelectual, que comece a desconfiar de coisas mal explicadas nessa aparente espontaneidade de algo que "se vende porque as pessoas desejam comprar".

Não nos fixemos, contudo, nesse lamentável rol, apenas nos filmes. Temos, hoje, na televisão, pelo menos três tipos de violência explícita: a representada, ficcional, (dos filmes, por exemplo), a real, que é repetida à exaustão nos telejornais e nos programas de auditório de todos os horários e a simbólica, que aqui no Brasil se expressa fortemente através da maioria dos programas que se apresentam como humorísticos. Não há quase opções que fujam a isso. Quando as mortes e injustiças impunes não estão nos filmes e novelas, estão, a toda hora, no jornal das oito, por exemplo, para incorporarem-se ao universo de "normalidade" de nossos filhos e filhas, alunos e alunas.

Sem dúvida alguma, o conteúdo-chave da TV é a violência, inclusive sob a forma de objetização do corpo e mercantilização da sexualidade, adulta ou precocemente representada. Faz parte do sistema e de sua lógica perversa. Quanto à violência simbólica, como dissemos acima, em países como o Brasil se expressa gritantemente através dos programas pretensamente humorísticos. Estes são, geralmente, articulados em cima de preconceitos, da má-fé em relação a categorias politicamente minoritárias, de uma crítica política fundada no achincalhe pessoalizado (por isso mesmo inconseqüente e exacerbadora da miopia política que não permite ver, por detrás das pessoas, as estruturas e os sistemas), do individualismo e da insensibilidade irônica e grosseira às dores alheias.

Para falarmos em construção da paz, precisamos perceber que por trás do fenô-

meno da violência há uma intencionalidade. A violência não é casual, é construída socialmente por um modelo perverso, que dela se nutre. Evidentemente, essa intencionalidade não supõe que os poderosos do mundo precisem se reunir em volta de uma mesa e combinar como é que vão banalizar a dor e, através desse processo, controlar as pessoas. Tal intencionalidade se dá ao natural, pela própria dinâmica de funcionamento do sistema. É preciso lembrar que vivemos em um mundo presidido pela lógica perversa da violência. A maior evidência disso é o fato de termos pelo menos 1 bilhão e 200 milhões de pessoas passando fome neste momento. Não pode haver violência maior! É nessa hora, dessa percepção dolorosa, que nos colocamos em condições de superar as análises tão superficiais com que nos defrontamos em nosso dia-a-dia. É nessa hora que podemos encontrarmo-nos com o triste mas necessário desvendamento da tal lógica perversa: é preciso banalizar a violência como estratégia de "inoculação" das pessoas com uma espécie de "vacina contra o escândalo".

A violência de costume

Como o planeta é presidido pela violência, é preciso que percamos a capacidade de escandalizarmo-nos, de indignarmo-nos, de sentir como nossa a dor do outro (o excelente estudo da Unesco, diversas vezes aqui citado, de forma interpretativa, utiliza o termo "dessensibilização"). É preciso que a gente olhe para a violência e diga: 'é normal.' É preciso que a gente pense que "sempre foi assim e sempre será". Chegamos a esse ponto porque acostumamos com violência de todos os tipos estampada nos jornais, invadindo-nos pela tela da TV, "distraindo-nos" através dos videogames.

Nesse sentido, é de profundo simplismo afirmar que é a pobreza que gera a violência. Algumas das cidades mais pobres do mundo têm índices de violência inferiores aos de megalópolis consideradas ricas. Os pobres, de maneira geral, são pacíficos, honestos e trabalhadores. Diria mesmo que são heróicos em sua resistência moral. Sabe-se que são

melhores pagadores de dívidas, respeitadores de filas, cordatos no trato do dia-a-dia. Há, entre eles, criminosos, como há em todo lugar. Certamente, pelo imenso contingente populacional de pobres em um país como o Brasil, contudo, perceberemos, em fácil evidência empírica, que os percentuais de delinquentes entre as classes mais favorecidas é muito mais alto.

Assim, o que gera a violência explícita em atos de agressão, que a todos apavora, não é a pobreza mas a soma da injustiça social com o consumismo desenfreado como ideologia onipresente e dominante. Há uma profusão de teses comparando o consumismo a uma religião. Não sou contra o consumo mas creio que reduzimos drasticamente o sentido de nossas vidas ao limitá-las a isso. As pessoas vivem numa perspectiva exclusiva de consumir, mergulhadas no que alguém chamou de "dimensão bovina da existência". Ora, essa onipresença da razão consumista, essa obrigatoriedade incessante, essa compulsão doentia, quando se choca com o paradoxo da miséria que não consome mas anseia por consumir e legitimar-se perante a vida como a concebe o mercado, só pode gerar tremendas, sucessivas e crescentes ondas de violência. Como já afirmei, os percentuais de delinquência entre as massas famélicas são inexpressivos em números relativos. Contudo, em números absolutos, os que perdem totalmente a noção moral de limites é suficiente para que vivamos com medo, trancafiados em nossas casas. Como fenômeno social, corresponde aos grupos que "enlouqueceram" de frustração regada à super-estimulação de desejos. A violência da criminalidade é uma das doenças sociais do consumismo como proposição para todos e como realização para poucos.

Há algum tempo atrás, no Rio de Janeiro, durante reunião que debatia formas de minimizar a violência, um líder comunitário sugeriu ao governo comprar determinada marca de tênis e distribuir aos jovens da favela. A maioria riu mas essa foi uma legítima expressão da pragmática sabedoria popular. Aquele homem sabia o que mobiliza o imaginário da criminalidade. Sabia o que, pontualmente, poderia aplacar um pouco a violência.

O tal tênis, aliás, é produzido na Ásia também por crianças e adolescentes em condições de escravidão. Questionada, a fábrica diz que lamenta, mas "respeita a cultura de trabalho asiática". São todos tentáculos de uma mesma cabeça... Conta-se, sobre esse tênis, que famoso publicitário brasileiro, com veia humorística, resolveu constranger uma jovem jornalista que perguntou-lhe o que havia achado da última campanha publicitária da marca. "Dobre a língua", disse ele. "Não trate o tênis X como apenas um tênis e nada mais!" "Como assim?", retrucou a jornalista. "Ele é mais que um tênis", respondeu o publicitário. "É um estilo de vida, é uma filosofia. É, na verdade, uma religião. Saiba que quem não for dessa religião não será salvo!".

O que emblematiza esse tênis que nós, críticos da religião do mercado, estigmatizamos tanto? Emblematiza todas as coisas que dão identidade ao mundo em que vivemos, identidade artificial que rouba de nós, humanos, o papel de sujeitos de nossa própria história. O recurso à analogia religiosa é plenamente válido. Lamentavelmente, mentimos quando dizemos que vivemos em um mundo cristão, que é o cristianismo a religião dominante em nossa civilização. Vivemos sob a égide do "consumismo", de seus ritos, crenças, paramentos e catedrais.

Conhecer para desconstituir

Quero pedir desculpas por esta dissertação tão negativa. Não se pense que, por assim ser, ela seja desesperançada. Trata-se, muito mais, de uma provocação de alerta para que sejamos menos ingênuos e para que paremos de nos debater rumo ao nada. Conhecer minimamente as dinâmicas do sistema é fundamental para desconstruí-lo. Superar os discursos ingênuos pela paz pode retirarnos de nossa inocuidade. Para construirmos a paz é doloroso mas forçoso que passemos pela "não-paz", por sua compreensão bem situada à luz de uma consciência crítica, política e moral. Não poderemos construir a paz se continuarmos acreditando que a violência é um fenômeno de geração espontânea, fundado simplesmente na destrutividade

e na perversidade inerentes psicologicamente ao ser humano e ao inconsciente coletivo. A violência é um fenômeno estrutural, planejado e necessário para a sobrevivência de um sistema fundado, presidido e mantido pela lógica perversa do crime, da exploração e da exclusão. É por isso que é banalizada. Tendo essa consciência, a gente dá uns 50% dos passos para começar a resolver, porque identifica as raízes.

Saídas? Não há "receita de bolo". Há pistas, contudo. Que cada um use da própria sabedoria para construir suas próprias formas e partilhá-las com a comunidade.

Além disso, apenas alguns apontamentos:

1º. É fundamental que a sociedade brasileira rume para um efetivo controle social dos meios de comunicação, hoje exclusivamente controlados pela normatização e pela censura do capital. Pelo fim da lavagem cerebral, que nenhuma emissora possa mais nos fazer de bobos, usando dos "mecanismos hipnóticos" aos quais se referem Bourdieu e Debord, por exemplo (Ver: Debord, Guy, A Sociedade do Espetáculo, Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 1997).

Não estou propondo, aqui, a volta da antiga censura ou o Estado assumindo exclusivamente essa tarefa. Estou dizendo que a sociedade tem que assumir o zelo pelo que é oferecido diariamente a seus filhos e filhas;

2º. Precisamos resgatar a busca de utopias. Não me cabe dizer quais as utopias. Talvez elas nem estejam formuladas. É preciso que sejamos criativos. É lamentável aceitarmos passivamente viver em um planeta onde as utopias faliram. Se não sonharmos mais, nossos jovens também desaprenderão a sonhar, não terão mais provocações construtivas em suas vidas (cabe-nos, como adultos, desafiar-los à dimensão do sonho, da "magia" criativa, dando o exemplo). Precisamos assumir que vivemos tempos existencialmente medíocres de glória tecnológica e ousar uma reflexão permanente de sentido.

3º. O voluntariado é fundamental para o bem-estar da sociedade, e a citada pesquisa do professor Putnam comprova que uma característica de todos os povos que deram bem-estar às suas populações é que viveram uma história de profundo engajamento cívico, de trabalho voluntário.

4º Digo, ainda, como conclusão, que precisamos retomar nosso papel de adultos, como desafiadores da formação de consciências morais autônomas. Precisamos ser multiplicadores de consciência, por exemplo, através da paternidade, da maternidade e do magistério. As escolas, nesse campo, têm missão fundamental. Está mais do que na hora de deixarem de ser meras "transmissoras de conteúdos" (função ridiculamente pretenciosa da qual se arvoraram, acriticamente, com o beneplácito do mercado). É preciso que repensem as escolas, nos marcos da visão piagetiana ou de outros grandes mestres convergentes, como provocadoras sistêmicas de reflexões e práticas que ajudem a estruturar nas crianças e jovens o chamado "juízo moral autônomo". Sem isso, toda nossa ciência e tecnologia continuarão desaguando em modelos de desenvolvimento insustentáveis que, a seguir no atual ritmo, nos levarão à ruína e à extinção.

Não quero dizer, com isso, que os conteúdos escolares não sejam importantes. Digo apenas que são veículos para chegarmos a projetos pessoais e sociais sustentáveis, solidários e libertadores.

Também a família precisa assumir seu papel. Dialogando, perguntando, instigando a consciência de seus filhos, até mesmo tendo a coragem de interferir balizadora e limitadoramente em um mundo descontrolado por ilimitado hedonismo consumista de coisas e pessoas coisificadas.

5º Sou um antigo militante dos direitos humanos. Com vinte e cinco anos de dedicação a essa causa, me sinto insuspeito para propor o que segue: precisamos ouvir falar mais em deveres, em um planeta que só fala em direitos (ainda que não os respeite, no caso da maioria).

Estado e sociedade

Finalmente, quero dizer que precisamos assumir nosso poder como sociedade.

Vivemos em um país com mais de 500 anos de história de espera. É grave o fato de, no Brasil, o Estado ter surgido muito antes da Nação. Alguns historiadores dizem que a Nação emergiu com face própria apenas no período do Estado Novo. E era uma face horrenda, extremamente autoritária. Assim, vivemos, até hoje, filial e ingenuamente, esperando que o Estado resolva os nossos problemas.

É claro que temos que cobrar do Estado, é claro que temos que pressioná-lo, mas só isso não resolve. Não resolve se não "arregaçarmos as mangas" e não fizermos a nossa parte para que as coisas se transformem. É uma grande injustiça dizer que "cada povo tem o governo que merece". Há povos bons, como o brasileiro que, historicamente, não tiveram, de maneira geral, os governos que mereciam. Permitam-me, contudo, reformar um pouco a frase, e ela assumirá uma grandeza de desafio impulsionador, não-paternalista: "Cada povo é responsável pelos governos que tem".

Está, há muito, passada a hora de pararmos de esperar e lamentar. 500 anos de insatisfações inócuas não resolveram os problemas do Brasil. Somos um país de cultura poliqueixosa e nela nutrimos nossa alienada sensação de dever cumprido. Nada se transforma por isso. Tal retórica não faz sequer cócegas no sistema, que tem larga prática de como reagir com indiferença. É preciso que, lá onde estamos, assumamos o poder de fazer com qualidade crítica e criativa o nosso trabalho de transformação das consciências.

Talvez não mude tudo do dia para a noite, mas ao longo do tempo, com certeza, com o afincamento que tivermos, com a vontade que cultivarmos, com a paixão que manifestarmos, esse mundo que ocupamos será um pouco diferente por nossa causa.

Há uma velha sabedoria oriental que diz: "é melhor acender uma vela do que maldizer a escuridão".

Brilhemos. A chama somos nós.

Bibliografia

Coles, Robert. *Inteligência Moral das Crianças*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1.998.

Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*, Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 1.997.

Reforma universitária e interesse público*

Em recente entrevista à revista *Ensino Superior* de abril de 2004, disponível no portal da Reforma Universitária no *site* do MEC (Ministério da Educação), o ministro Tarso Genro afirma que a Reforma Universitária pretende corrigir três distorções do sistema de Educação Superior do país: “a distorção do

:: marcos moura b. dos santos¹ | sociólogo

¹Marcos Moura Baptista dos Santos é sociólogo. Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul e Mestre em Ciências Sociais, está cursando Doutorado em Sociologia. Foi Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da UNISC (1998-2002) e presidente da Associação dos Professores Universitários do Vale do Rio Pardo (1994/95). É sub-coordenador do curso de Ciências Sociais da UNISC.



acesso; a distorção mercantil de uma boa parte do sistema privado; e a distorção da qualidade, que é muito desigual em todo o país”. Para isso, diz o ministro, a reforma deve perseguir três objetivos principais: “um refinanciamento da universidade pública; transformar a universidade pública numa referência fundamental para o sistema de ensino superior; e, terceiro, estabelecer uma nova regulação entre o sistema público e o privado, de tal forma que todo o sistema opere em função do interesse público” (Genro, 2004:17).

Durante teleconferência organizada pelo MEC

(que foi transmitida via internet e está disponível no *site* do Ministério), o ministro voltou a ressaltar esse último ponto, ao dizer que com a Reforma Universitária o governo quer “começar a resolver grandes questões, como os marcos regulatórios que devem subordinar as instituições privadas ao interesse público” (ES, 2004:17).

Devemos concordar com o ministro que a grande questão é fazer que todo o sistema de Educação Superior funcione voltado ao interesse público, mas precisamos alertá-lo para a necessidade, em alguns casos, de subordinar também as instituições estatais

* Todas as citações da fala do ministro na teleconferência utilizadas neste texto são da transcrição feita pela revista *Ensino Superior* nº 67, de abril de 2004, referida a partir daqui como ES.

ao interesse público. E é preciso ter claro o que se entende por esse conceito. Até para poder perceber que, em alguns casos, também instituições não-estatais atendem ao interesse público. Isso nos leva a perguntar sobre o conceito de “público”, a partir do debate sobre o “público não-estatal”². O que, no campo da Educação Superior, e em especial no Rio Grande do Sul, implica uma reflexão sobre as universidades comunitárias.³

Voltando à Reforma Universitária, nossa compreensão é que ela precisa dar

**A grande questão é
fazer que todo o
sistema de educação
superior funcione
voltado ao interesse
público**

conta das necessidades do país e da diversidade e complexidade do sistema de Educação Superior brasileiro em sua totalidade. Por isso, a regulação entre os dois subsistemas é tão fundamental. Mas também o é o financiamento da totalidade do sistema, isto é, o financiamento da Educação Superior como um todo, tanto do subsistema público quanto do privado (que deve ser compreendido também na sua complexidade e diversidade, com todos os seus subsistemas).

A Reforma Universitária deve partir de uma compreensão do papel da Educação Superior na construção de um projeto de país. No caso brasileiro, como apropriadamente afirmou o Ministro da Educação,

a reforma da universidade é, na verdade, um momento de construção de um novo país. De construção de um novo modelo de desenvolvimento, de construção de um país mais coeso socialmente, que reduza as suas brutais desigualdades sociais, que coloque no centro da elaboração desse projeto o mundo do trabalho e o mundo da produção (ES, 2004: 17).

Ou, como formulava, há 11 anos atrás a Universidade de Santa Cruz do Sul em seu projeto institucional:

no caso da sociedade brasileira, cabe à Universidade levar em conta a complexidade do social e tentar elaborar parâmetros para orientar a sociedade na entrada do terceiro milênio, articulando um projeto educacional a um projeto de Nação em que a vida seja preservada pelas condições iguais ao acesso dos bens indispensáveis ao pleno desenvolvimento humano-social e econômico (UNISC, 1993:49).

Portanto, é preciso partir de um projeto de país e pensar qual o papel da universidade neste projeto, tendo sempre como referência o interesse público. Em termos estruturais a Reforma Universitária deve definir os objetivos, função, estrutura e financiamento do sistema de

Educação Superior: para que serve a universidade, o que queremos com ela, como organizá-la, como ela deve funcionar, qual deve ser a relação do sistema de Educação Superior com os demais sistemas sociais (educação básica, ciência e tecnologia, mundo do trabalho, etc), qual deve ser a sua autonomia e como garanti-la, quem deve financiar a Educação Superior, como financiar e como garantir a continuidade do financiamento.

É preciso também pensar sobre o perfil e compromisso social das instituições de ensino superior que o constituem; distinguir as especificidades de cada tipo de instituição (universidades, centros universitários, institutos tecnológicos, escolas isoladas) e de cada subsistema (federais, estaduais, municipais, particulares, confessionais, comunitárias); apontar diretrizes para a flexibilização da formação e da preparação para o exercício profissional; estabelecer padrões de qualidade e regular a avaliação institucional; afirmar a autonomia universitária e reger o controle pelo poder público; definir parâmetros para a expansão da matrícula e para a inclusão social; definir regras para a institucionalização da formação continuada e da educação a distância; etc.

Em todos esses aspectos – que certamente não esgotam as questões a tra-

² Sobre este tema ver: FERNANDES, Rubem César. Privado porém público. RJ: Relume-Dumará, 1994 e VIEIRA, Liszt. Os argonautas da cidadania. RJ: Record, 2001

³ Para esta discussão ver SANTOS, 2003 e FRANTZ, Walter. “Universidade comunitária. Uma iniciativa pública não-estatal em construção”. In: SILVA, Enio V. da. As funções sociais da universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 15-102.

balhar em uma reformulação do sistema de Educação Superior sob a perspectiva do interesse público é preciso que a Reforma Universitária assuma uma ótica para além das capitais, lá aonde não chegaram as universidades federais. É fundamental perceber o que acontece no interior dos estados, conhecer e compreender as soluções que as diferentes comunidades deram para suprir sua necessidade de Educação Superior. É preciso reconhecer a diversidade regional brasileira para, mesmo a partir de um padrão de qualidade nacional, perceber as diferentes necessidades e potencialidades de cada região e, por conseqüência, os diferentes formatos e campos de atuação que as IES precisam assumir.

Por isso é tão importante que a Reforma Universitária efetivamente consiga introduzir uma nova regulação entre o sistema público e o privado (mais precisamente, entre os sistemas público, particular e comunitário), incluindo nesta regulação a questão do financiamento. Entendemos que o financiamento público para a Educação Superior deve considerar dois critérios determinantes: o interesse público e a qualidade.

Como afirma o ministro Tarso Genro na referida teleconferência, “o ideal é que toda a oferta de ensino superior seja gratuita. Esse ideal não é possível de ser atingido, pelo menos num curto horizonte” (ES, 2004: 20). O possível é a coexistência do público e do privado, na qual, entende o ministro, deve haver uma clara “predominância da universidade pública como referencial, não só do ponto de vista da qualidade, mas (...) de a

universidade pública alargar a sua presença no território nacional” (ES, 2004: 20). Para isso, continua o ministro, é preciso “um novo sistema de financiamento” (ES, 2004: 20).

Não há o que discordar, mas restam algumas perguntas: como será este sistema de financiamento, quem paga o almoço, de onde vêm os recursos, como serão distribuídos, o que será financiado, com que custos, atingindo quantas pessoas, qual o retorno em termos de repercussão social, importância científica ou potencial tecnológico dos recursos investidos; o que constitui um referencial de qualidade; o que caracteriza um centro de referência, se é possível ser referência em tudo, o que é um centro de referência em pesquisa e o que é um centro de referência regional, quais as diferenças e semelhanças entre centros de referência em diferentes áreas do conhecimento, e entre centros de referência na graduação e na pós-graduação e o que é qualidade.

A “ótica para além das capitais” que referimos parágrafos acima pretende dar conta da diversidade do sistema universitário e reconhecer a importância de um subsistema que atende hoje em torno de dois terços dos estudantes do ensino superior no Brasil, que estão em instituições privadas de diferentes tipos. Nestas instituições, sejam elas particulares, comunitárias ou confessionais, filantrópicas ou não, o ensino é pago. Nas filantrópicas, porém, como diz o ministro Tarso na teleconferência, “os alunos são obrigados a pagar para que ela exista, não para que ela acumule” (ES, 2004: 20). São problemas do ensino pago: primeiro,

muitos e muitos brasileiros não têm nenhuma possibilidade de pagar o ensino superior, mesmo as mensalidades mais baratas; em segundo lugar, cada vez mais os alunos (e suas famílias) vêm tendo dificuldade para pagar e a inadimplência e a evasão têm aumentado; em terceiro, os recursos oriundos de mensalidades escolares não dão conta das necessidades de investimento na qualidade do ensino e da pesquisa (bibliotecas, laboratórios, qualificação docente, plano de carreira docente); por último, existem filantrópicas e “filantrópicas”, com diferentes níveis de qualidade, transparência e compromisso com o interesse público (e, claro, com diferentes preços).

Outro aspecto importante na discussão da Reforma Universitária, que já foi referido de passagem e será retomado agora, é a necessidade de compreender as especificidades, competências e possibilidades dos diferentes subsistemas deste complexo sistema de Educação Superior brasileiro. Neste pequeno espaço que temos, vamos referirnos brevemente ao subsistema das universidades comunitárias. Também este subsistema pode, por sua vez, ser decomposto em vários outros. Embora congregadas todas na ABRUC (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias), há evidentes diferenças de estrutura, organização, objetivos e filosofia de funcionamento entre, por exemplo, as grandes universidades confessionais e as universidades comunitárias gaúchas reunidas no COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas). O que, exatamente, caracteriza uma instituição



comunitária? Embora as universidades confessionais, especialmente as católicas, costumem autodesignar-se comunitárias⁴, no meu entendimento seria preciso distinguir com clareza as confessionais das comunitárias. Uma primeira tentativa de distinção sustenta que as universidades comunitárias, além de serem filantrópicas e sem fins lucrativos, “não tem dono”, isto é, são mantidas por fundações ou associações compostas por entidades de classe, associações civis, organizações não-governamentais, cooperativas de professores, representantes do poder público etc, e mantêm-se estritamente vinculadas às demandas de sua comunidade. Conforme documento do COMUNG, as instituições caracterizam-se como comunitárias por sua

origem na vontade e no esforço da comunidade, da articulação e comprometimento com a comunidade regional, da sua inserção na história do povo da região, da sua gestão democrática e transparente, da sua auto-gestão pela comunidade acadêmica com a participação institucionalizada do poder público e de entidades

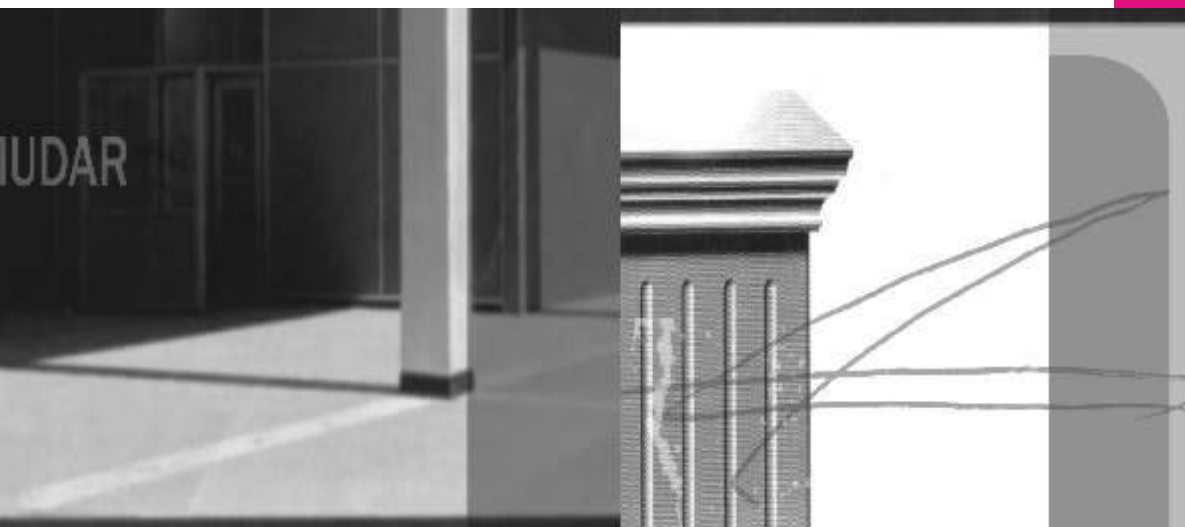
representativas da sociedade civil nos órgãos colegiados e pela sua política de extensão universitária à comunidade. (COMUNG, 1994: 5).

Ao buscarmos os elementos empíricos que confirmem esta autodefinição das universidades comunitárias gaúchas, nos deparamos com uma realidade complexa nem sempre entendida pela população, pelos meios de comunicação e pelo próprio Ministério da Educação. Aliás, muitas vezes, nem mesmo pelas próprias instituições assim designadas. Afirmar isto significa perceber a existência de diferentes realidades no âmbito das universidades comunitárias gaúchas, resultado da falta de consenso na definição de quem é a comunidade, qual é a abrangência de sua participação e de que forma ela atua no processo decisório e na vida institucional.

Tentando refinar a definição, o que caracteriza as universidades comunitárias não-confessionais é serem instituições

⁴ Ver CUNHA, L. A. Qual Universidade?, São Paulo: Cortez, 1989, p. 44

Aspecto importante na discussão da Reforma Universitária é a necessidade de compreender as especificidades, competências e possibilidades dos diferentes subsistemas deste complexo sistema de Educação Superior brasileiro



privadas de natureza pública, ou seja, o seu caráter público não-estatal. Este tipo de universidade pertence verdadeiramente à comunidade que ela serve e representa, foi constituída a partir do esforço e interesse desta mesma comunidade e está voltada para o atendimento de suas necessidades e da região em que está inserida.

A comunidade, nesta concepção, é representada por alunos, técnicos-administrativos e professores da universidade, por entidades da sociedade civil atuantes nas regiões de abrangência de cada instituição, por representantes do mundo do trabalho e do setor produtivo e por órgãos do poder público. A participação da comunidade na vida institucional deve se dar tanto nas diversas instâncias da mantenedora como da universidade, especialmente em seus conselhos superiores. Evidentemente, torna-se fundamental a participação da comunidade no processo decisório, através da escolha direta, secreta e paritária de todos os cargos diretivos, mas a participação não pode ficar restrita ao voto, devendo ter como princípio fundamental a garantia, através de diversos mecanismos de representação, do envolvimento permanente da comunidade em todas as decisões essenciais para a qualificação cada vez maior do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da instituição no sentido do interesse público.

Ou seja, o que caracteriza as universidades comunitárias e as

distingue da maioria das universidades particulares é a inexistência de

fins lucrativos, a transparência administrativo-financeira, o controle público das atividades da instituição, a democracia interna, a prestação de contas à sociedade e ao poder público e a ênfase no desenvolvimento da comunidade. (Santos, 2003: 91).

Entendemos que estas características atestam a importância, para o interesse público, das universidades comunitárias e justificam plenamente a consideração de sua perspectiva nas discussões da Reforma Universitária, ampliando assim a compreensão do ministro⁴ ao afirmar que essas universidades, ao menos as comunitárias gaúchas, já se integram não apenas à pesquisa, mas ao ensino, à extensão e ao desenvolvimento regional a partir da ótica do público, ainda que seja uma ótica para além das capitais.

Entendemos, enfim, que a Reforma Universitária não pode se resumir à reforma da universidade pública e que o financiamento público deve atender aos critérios da qualidade e do interesse público. Não é aceitável desconsiderar os dois terços de estudantes universitários brasileiros que precisam pagar para estudar. Seja na perspectiva da “governança”⁵ seja na perspectiva da “concertação”,⁶ entendemos que seria miopia política chamar a sociedade para discutir somente o segmento do ensino superior que detém a maioria dos estudantes do sistema.

E por outro lado, mas na mesma direção, seria miopia econômica, em nome de uma concepção estreita do “público”, reduzido a estatal, expandir o sistema pela

ampliação do subsistema que tem os custos mais altos. Entendemos que uma efetiva regulação do sistema de educação superior brasileiro deve considerar o custo dos diferentes subsistemas e pensar com mais cuidado na efetividade do re-torno dos recursos investidos, garantindo, desta maneira, o real atendimento do interesse público. É nessa perspectiva que, mais uma vez, apontamos a experiência das universidades comunitárias gaúchas como uma das boas soluções para a expansão da educação superior com qualidade e dentro dos critérios do interesse público, da transparência administrativa, da gestão democrática e do compromisso com o desenvolvimento regional.

⁴ “No caso das comunitárias, embora permaneçam privadas e filantrópicas no sentido jurídico, a idéia é que se integrem à pesquisa a partir da ótica do público” (ES, 2004:20)

⁵ Ver GIDDENS, Anthony. A terceira via. RJ: Record, 1999

⁶ Conceito utilizado com muita propriedade pelo ministro Tarso Genro quando presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Referências bibliográficas

ENSINO SUPERIOR. Transcrição de trechos da fala do Ministro da Educação em teleconferência organizada pelo MEC. Revista Ensino Superior, ano 6, nº 67, p. 17-20.

GENRO, Tarso. “Reforma deve buscar rigor e qualidade, alerta Tarso” (entrevista concedida pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, a Carlos Taquari e Leandro Rodrigues). Revista Ensino Superior, ano 6, nº 67, p. 17-20

SANTOS, Marcos Moura Baptista dos. A universidade como organização. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS em abril de 2003. Porto Alegre: PUCRS, 2003

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. Relatório final da Comissão de Acompanhamento. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1993.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ENSAIOS

- Os artigos técnico-científicos deverão versar sobre o professor e o mundo da escola privada, a institucionalidade educacional e sua dinâmica política e gerencial.
- Os ensaios deverão versar sobre pesquisa científica realizada por professores, em diferentes áreas da ciência.
- No caso de artigos técnico-científicos, os originais deverão ter um mínimo de 3 páginas (7.200 caracteres) e no máximo 5 páginas (12 mil caracteres).
- No caso de ensaios científicos, os originais deverão ter no mínimo 8 páginas (22.200 caracteres) e no máximo 12 páginas (28.800 caracteres).
- O texto deverá ser precedido do título, do nome e da titulação principal do autor, um resumo de aproximadamente 8 linhas, compreendendo os conceitos e conclusões principais do artigo e palavras-chaves do texto.
- Ao texto deverá ser anexada ficha, incluindo telefone, e-mail, endereço e um currículo abreviado do autor.
- As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do artigo e obedecerão à ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.
- A citação (NB-896), no corpo do texto, deverá aparecer entre aspas, sugerindo-se o nome do autor ou autores, data da publicação e o número da página referenciada entre parênteses, separados por vírgula.
- Os gráficos não devem ser incluídos no texto, mas em folhas isoladas, anexas ao texto.
- Os trabalhos enviados serão apreciados pela Comissão Editorial e por especialistas. O autor receberá comunicação relativa aos pareceres emitidos.
- A Revista Textual permite-se fazer pequenas alterações no texto: no caso de modificações substanciais, elas serão sugeridas ao autor, que providenciará a devida revisão.
- A Revista Textual não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em matéria assinada a que dê publicação.
- Solicita-se aos autores o envio dos disquetes com os registros dos artigos (5.25" ou 3.5"), com utilização de um processador de texto (word/wordperfect) compatível com computadores PC.
- Os direitos autorais dos artigos ficam reservados ao Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul Sinpro/RS, condicionando-se sua reprodução integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da Textual.
- Em princípio, não são aceitas colaborações que já tenham sido publicadas em outras revistas brasileiras ou estrangeiras.

Textual

Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fones (51) 3211.1900 - Fax (51) 3211.2628

mail: textual@sinprors.org.br | www.sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual



ECAR|T|A
FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão
www.sinprors.org.br